Estácio

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 08.807.432/0001-10

IBOVESPA Índice Brasil 50 IBRX 50 | Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC | Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG | ESTC3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, elaboradas de acordo com os princípios do International Financial Reporting Standards ("IFRS") e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Perfil corporativo

Uma das maiores organizações privadas de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados, a Estácio Participações S.A. foi constituída em 31 de março de 2007 como sociedade anônima de capital aberto. Listada no Novo Mercado da Bovespa, a Companhia possui um padrão de governança corporativa altamente diferenciado.

Em 31 de dezembro de 2017, a base de alunos da Estácio totalizava 515,4 mil alunos, presentes nos principais centros urbanos de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. A rede Estácio é formada por uma universidade, dez centros universitários, 49 faculdades credenciadas e 394 polos de ensino à distância credenciados pelo MEC, com uma capilaridade nacional representada por 93 campi, estrategicamente localizados nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo de trabalhadores de classes média e média-baixa.

O crescimento da Estácio no mercado é atribuído à qualidade de seus cursos e do seu corpo docente, à adoção de modernas práticas de gestão, às inovações tecnológicas e acadêmicas proporcionadas a seus alunos, à localização estratégica de suas unidades e à prática de preços competitivos, acessíveis ao seu público-alvo. Com currículos nacionalmente integrados, oferece cursos de graduação, nas modalidades presencial e de ensino a distância, nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Oferece também cursos de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu, cursos de mestrado, doutorado e de extensão. Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade, desenvolvemos uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira, da inovação e da melhoria constante de seus cursos, a marca Estácio é reconhecida e valorizada no mercado.

Mensagem da Administração e Perspectivas Estratégicas

O ano de 2018 começa para a Estácio com perspectivas bem diferentes das que se apresentaram nos últimos anos. Desde 2016, quando aconteceram mudanças importantes na gestão da Companhia, a Estácio vem passando por um processo de reestruturação, cujos resultados foram observados ao longo deste último ano.

Em retrospectiva, até o julgamento do CADE sobre a operação de fusão com a Kroton, a Estácio concentrou seus esforços na implementação de ações perenes, porém com resultados a curto e médio prazo. Tais ações podem ser agrupadas em quatro grandes frentes de trabalho:

• Nova estrutura de captação: O redesenho dos processos para captação de novos alunos na Estácio permitiu que a Companhia passasse a operar uma base de alunos mais saudável, levando a um aumento no ticket médio de 10,6% no segmento presencial e 5,9% no EAD, quando comparado ao ano anterior, e uma melhora de 1,6 ponto percentual na taxa de retenção dos alunos de graduação presencial do 2º semestre de 2017 em relação ao 1º semestre de 2017 (calculada com os números totais de evasão e não renovação, que reduziram 17,3% no período). A estratégia de captação de novos alunos também foi fundamental para superar os efeitos da redução da base de alunos FIES, que apresentou uma queda de 20,4% em 2017, quando comparada ao ano anterior. Importante observar que a base de alunos ex-FIES, no entanto, aumentou 3,9% no mesmo período. Como resultado, a receita operacional líquida da Estácio totalizou R$3,4 bilhões em 2017, 6,1% acima da registrada em 2016. Destaca-se ainda, o lançamento do programa de Parcelamento Estácio "PAR", o qual alonga o prazo de pagamento para alunos mensalistas e que foi responsável por 8,2% da captação em 2017.

• Otimização dos processos na gestão do custo docente: Com o objetivo de melhorar a eficiência de suas operações, sem afetar a qualidade do serviço prestado aos alunos, a Estácio implementou, ao longo de 2017, diversas medidas para melhorar a produtividade do seu corpo docente. Estas iniciativas permitiram um aumento de 4,5% na média de alunos por turma no segmento presencial e de 124% no segmento EAD.

• Reestruturação do EAD: Com a nova regulamentação do EAD, implementada em 2017, a Estácio passou a ter autorização para lançar 350 novos polos anuais. Dessa forma, a Companhia estruturou sua expansão orgânica e encerrou o ano de 2017 com 394 polos ativos, quase o dobro da quantidade que operava ao final de 2016, o que contribuiu para a retomada do crescimento de base após bons ciclos de captação e melhoria nos indicadores de renovação e evasão.

• Racionalização das despesas de marketing: Migração de um modelo de marketing institucional para campanhas regionalizadas, com maior retorno sobre alocação de verba.

A partir de julho de 2017, após à decisão desfavorável do CADE sobre a fusão junto a Kroton, a Estácio desenvolveu um plano com ações mais disruptivas, objetivando uma evolução ainda maior no patamar de rentabilidade da Companhia. Este plano começou a ser implementado já ao final do ano de 2017, e considera três grandes frentes de trabalho:

(1) Reestruturação organizacional: Outra grande oportunidade de ganho de eficiência derivou da implantação de um plano de carreiras docente (PCD), que apoiado em critérios claros de gestão, proporcionará ganhos de produtividade, assim como melhoria nos aspectos motivacionais, técnicos e no clima do corpo docente da Companhia.

(2) Revisão do *footprint*: A Estácio conduziu um processo de *benchmark* interno, em que foram avaliadas diversas variáveis de cada Unidade, entre elas: tamanho e níveis de ocupação, taxas de evasão e renovação, maturidade do campus, indicadores regulatórios de qualidade (IGC e CPC), mix de cursos, potencial de mercado e níveis de ticket médio. O cruzamento destas variáveis permitiu uma melhor avaliação da rentabilidade de cada Unidade e a elaboração de planos de ação individuais para as que apresentaram déficit de performance, envolvendo diversas ações, tais como: fusão de Unidades, revisão do portfólio de cursos oferecido, *pricing*, entre outras.

(3) Revisão do Modelo de Ensino: Apesar de nacionalmente integrado e com características únicas, como a nacionalização dos currículos e a padronização dos recursos didáticos próprios, o Modelo de Ensino da Estácio precisava ser atualizado para aumentar sua produtividade. Desta forma, iniciou-se uma revisão das matrizes curriculares, que está sendo implantada em 2018, com ações para aumentar o grau de compartilhamento de disciplinas entre os cursos, assim como a adoção de disciplinas híbridas. O resultado desta revisão visa, adicionalmente, um processo de formação de turmas ainda mais eficiente.

Dessa forma, mesmo com as limitações impostas pelo momento que a Companhia atravessava e com pressões do cenário externo, a Estácio foi capaz de entregar resultados e uma melhoria de performance acima do histórico da Companhia. Um bom exemplo disto é a evolução da receita operacional líquida, que totalizou R$3.379,0 milhões, um crescimento de 6,1% em relação a 2016, que aliada à melhor gestão dos custos e despesas operacionais, levou ao aumento de 16,5% no lucro bruto, que passou de R$1.375,5 milhões em 2016 para R$1.601,9 milhões no exercício social encerrado em 2017. O lucro líquido foi de R$424,6 milhões, 15,3% acima do registrado no exercício de 2016, em função da melhoria dos resultados operacionais.

É importante destacar que, mesmo atravessando um período complexo na história da Companhia, o resultado da pesquisa de clima organizacional, realizada anualmente por uma renomada consultoria externa, permaneceu nos mesmos níveis do ano anterior, comprovando o engajamento dos Colaboradores da Estácio.

O ano de 2017 encerrou-se com uma Companhia mais estruturada para enfrentar os desafios que chegam com o novo ano. Para 2018, o foco principal continua sendo rentabilizar o negócio, mantendo a qualidade do Ensino. A Gestão da Companhia segue cada vez mais confiante em sua capacidade de Execução.

Ao final de 2017, o caixa da Companhia totalizava R$524,4 milhões. A sólida posição financeira e as perspectivas de manter o ritmo de melhoria de performance, com mais controle e transparência nos processos, motivam a todo o time Estácio a continuar entregando resultados consistentes e preparando a Companhia para uma nova fase de crescimento e expansão, que ainda está por vir.

Cenário Econômico

O cenário da economia mundial ao final de 2017, embora ainda com instabilidades, apresentou crescimento e ganhou força com a diminuição das fragilidades associadas à crise financeira global. O crescimento das economias mais desenvolvidas consolidou-se, os EUA apresentaram crescimento e a zona do euro foi uma surpresa positiva em 2017. A China tem conseguido manter o crescimento em ritmo estável, ainda que não seja no mesmo nível de 5 anos atrás. Segundo estudo da ONU, a melhora na situação econômica mundial oferece oportunidades aos países para se concentrarem em criar políticas sobre questões de longo prazo.

A economia brasileira vive uma lenta recuperação após um longo período de recessão. Após seis anos seguidos de crescimento, o PIB do Brasil caiu 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou crescimento de 1,0%. Apesar dessa leve recuperação, a contração do PIB nos últimos anos ainda impacta o número de desemprego e de consumo no país. A inflação medida pelo IPC-A encerrou o ano em 2,95%, menor taxa nos últimos três anos e abaixo do teto da meta da inflação estipulado pelo Banco Central. A taxa de juros Selic, que encerrou o ano de 2016 em 13,75%, atingiu 6,90% em dezembro de 2017, enquanto o dólar norte-americano voltou a crescer após desvalorização em 2016, apresentando aumento de 1,2% frente ao Real.

Apesar de um cenário de incertezas e grandes desafios, a Estácio acredita que o Brasil continua sendo um país com muitas oportunidades de negócio, com significativo mercado consumidor e com instituições fortes e independentes. A redução das taxas de juros e da inflação, fundamentam a expectativa de saída da recessão e recuperação do crescimento econômico brasileiro para os próximos anos.

Desempenho Financeiro

Os dados financeiros utilizados para elaboração da análise consideram o resultado consolidado da Estácio.

• Base de alunos. Ao final de 2017, a base de alunos somava aproximadamente 515,4 mil alunos, um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior, dos quais 344,7 mil alunos matriculados nos cursos presenciais e 170,7 mil alunos nos cursos de ensino a distância - graduação e pós-graduação.

• Receita operacional líquida. Em 2017, a receita operacional líquida totalizou R$3.379,0 milhões, um crescimento de 6,1% em relação a 2016, em razão do aumento de 1,5% na base total de alunos e das novas ações para recuperação do ticket médio e redução de descontos e bolsas aplicadas no último ano, que resultaram no aumento de 10,6% no ticket médio anual do presencial e 5,9% do ensino a distância.

• Custos dos serviços prestados. Os custos dos serviços prestados totalizaram R$1.777,1 milhões em 2017, em comparação aos R$1.809,0 milhões em 2016, uma redução de 1,8%. Em relação à receita líquida, houve um ganho de margem de 2,2 pontos percentuais nos custos dos serviços prestados, que em 2016 representaram 51,9% da receita líquida, contra 49,7% em 2017. Esse ganho ocorreu principalmente pela melhor gestão do custo docente da Estácio, resultado de um processo de formação de turmas mais eficiente e de uma base de alunos mais saudável. Também contribuiu para este ganho de margem, a redução nos custos com material didático, devido ao aumento da utilização de livros próprios, da migração para o formato digital e da melhor gestão do estoque.

• Lucro Bruto. O lucro bruto aumentou 16,5%, totalizando R$1.601,9 milhões em 2017, em comparação aos R$ 1.375,5 milhões registrados em 2016, acompanhando o crescimento da receita operacional líquida e resultado dos processos implementados para melhor gestão dos custos dos serviços prestados.

• Despesas Comerciais. As despesas comerciais totalizaram R$443,6 milhões em 2017, contra R$376,3 milhões em 2016, um aumento de 17,9%, devido ao aumento da provisão para devedores duvidosos, basicamente em função do início da oferta do parcelamento próprio no primeiro trimestre de 2017, que requer um nível maior de provisão. Adicionalmente, a venda da carteira de recebíveis, realizada em 2016, no montante líquido de R$47,1 milhões beneficiou a provisão para créditos com liquidação duvidosa naquele ano.

• Despesas gerais e administrativas. Em 2017, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$598,3 milhões. Estas despesas representaram 17,7% da receita operacional líquida, uma melhora de 1,1 ponto percentual em relação a 2016. Neste ano, as despesas com Serviços de Terceiros apresentaram uma redução de cerca de R$10 milhões, devido principalmente à redução nas despesas com consultorias e comunicação de dados. Além disso, as despesas com eventos institucionais sofreram redução de R$ 14 milhões, em função do encerramento do projeto Rio 2016. Importante ressaltar também que foi registrada uma despesa de R$14 milhões com o *impairment* do ágio na aquisição da Nova Academia de Concursos.

• Lucro líquido. O lucro líquido foi de R$424,6 milhões, 15,3% acima do registrado no exercício de 2016, em função da melhoria dos resultados operacionais e da redução das despesas financeiras.

• Dividendos. Em 2017, a Companhia pagou R$87,4 milhões em dividendos a seus acionistas, referente a 25% do lucro líquido anual ajustado relativo ao exercício de 2016, na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

• Investimentos. Em 2017, a Estácio investiu R$153,8 milhões, dos quais cerca de R$96,9 milhões, em atividades de manutenção, e R$56,9 milhões em projetos de expansão, modelo de ensino e tecnologia da informação. No total, em 2017, os investimentos representaram 4,6% da receita líquida.

• Caixa. Em 31 de dezembro de 2017, o caixa da Companhia totalizava R$524,4 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha.

• Endividamento. O endividamento bancário da Estácio totalizou R$567,3 milhões em 2017, representando uma redução de R$455,2 milhões em relação a 2016, em função, principalmente, das liquidações da Terceira emissão de Debêntures, no valor de R$ 197 milhões, realizada em setembro de 2017 e do pagamento da primeira tranche da emissão da Nota Promissória, no valor de R$ 187 milhões, em novembro de 2017. O endividamento bancário somado aos compromissos a pagar referentes às aquisições realizadas (no montante de R$87,1 milhões) e ao saldo a pagar de tributos parcelados (no montante de R$14,6 milhões), líquidos da posição em caixa da Companhia (no montante de R$524,4 milhões), apresentaram uma dívida líquida de R$144,6 milhões ao final de 2017.

Modelo Acadêmico

A Estácio desenvolveu e vem aperfeiçoando, ao longo dos últimos anos, um Modelo de Ensino nacionalmente integrado, que procura atender à diversidade de seus cursos e às diferentes necessidades acadêmico-pedagógicas de alunos e professores, garantindo a qualidade acadêmica, a nacionalização dos currículos e a padronização dos recursos didáticos próprios, respeitadas as demandas loco regionais, e assegurando a escalabilidade do negócio.

Com o objetivo de tornar efetivo o modelo e utilizar uma visão multidisciplinar na definição de projetos, planos e práticas pedagógicas, a Estácio adotou uma metodologia proprietária de construção coletiva do conhecimento, tendo a participação de docentes das diferentes IES do Grupo Estácio, em todo Brasil, na elaboração das matrizes curriculares e respectivos conteúdos.

Além dos currículos nacionalizados, o Modelo tem como pilares os recursos didáticos e a inovação tecnológica, plataformas virtuais de aprendizagem, sistemas integrados de avaliação e programas de complementação e reforço acadêmico que, aplicados concomitantes a práticas de gestão, permitem o permanente acompanhamento do desempenho dos alunos.

A recente geração de 86 matrizes curriculares, que serão implantadas em 2018, incorpora inovações metodológicas, a partir da adoção de disciplinas híbridas, e consolida o uso intensivo de tecnologias digitais, promovendo a articulação e integração entre a sala de aula presencial e o ambiente virtual. Desse modo, as metodologias tradicionais deverão ceder cada vez mais espaço a metodologias ativas, conferindo protagonismo ao aluno e oferecendo ao professor recursos para uma mediação pedagógica mais colaborativa e sintonizada com as novas mídias.

Os diferentes objetos de aprendizagem produzidos ou curados pela Estácio ficam disponíveis em formato digital num único lugar, a SAVA (Sala de Aula Virtual de Aprendizagem), com acesso gratuito, disponível para todos os tipos de aparelhos (celulares, tablets, computadores), *on time* e sem necessidade de solicitação. Essa convergência midiática permite reunir, em um mesmo ambiente virtual, todos os recursos didáticos para alunos e professores, garantindo o acesso integral aos livros da Biblioteca Virtual, além de portais de periódicos, videoaulas, conteúdo on-line, *smartbooks*, roteiros de estudo, apresentações utilizadas nas aulas e outros recursos.

Esse conjunto, somado aos eixos transversais voltados para cidadania, empreendedorismo, direitos humanos e sustentabilidade, contribui para a formação de profissionais competentes e com melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho.

Finalmente, o modelo de ensino é uma forma de responder à necessidade de escalabilidade, mobilidade e sustentabilidade dos serviços educacionais prestados pela Estácio, com o aprimoramento permanente da qualidade acadêmica e da responsabilidade social.

Qualidade de ensino e Gestão da Aprendizagem

A Estácio implantou uma série de ferramentas e pesquisas que permitem aos professores e equipes acadêmicas monitorar a qualidade e satisfação, bem como identificar as fragilidades e potencialidades de cada um dos alunos a partir do desempenho em provas, exercícios e simulados.

Com a contribuição de aproximadamente 4,5 mil professores, durante o ano de 2017 foram produzidos cerca de 133 mil novos itens de teste, alimentando um banco de dados com cerca de 400 mil questões de prova. Esse recurso permite que sejam realizadas provas nacionais integradas, o que possibilita uma análise minuciosa dos resultados e consequentes dados analíticos ricos, inteligentes a ponto de permitirem ajustes de desvios, ranking, médias, percentuais de desempenho em todos os níveis (por aluno, turma, unidade, curso, região).

A Estácio vem continuamente contribuindo para a gestão da aprendizagem e retenção, e, em 2017, o Programa de Reforço Acadêmico envolveu os seguintes projetos:

• "Avaliando o Aprendizado", com mais de 78% da base de alunos presenciais realizando simulados preparatórios para as avaliações;
• "Nova Chance", com mais de 42 mil alunos em programa de recuperação paralela tendo chances reais de reversão de resultados ruins;
• "Prepara", com mais de 46 mil acessos a aulas de revisão ao vivo antes das principais provas e;
• "Programas de Dependência", para alunos reprovados em disciplinas cursando a disciplina em dependência simultaneamente ao semestre subsequente, em menor tempo e sem impacto na sua progressão acadêmica quando aprovado.

Regulatório

Avaliação: ENADE e visitas in loco

O resultado dos cursos das Instituições da Estácio avaliados no ciclo ENADE 2016 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de novembro de 2017. Dos 144 cursos da área de Saúde e Ciências Agrárias que participaram do Exame, 96% obtiveram Conceito Preliminar de Curso (CPC) satisfatório. Todas as Instituições da Estácio obtiveram Índice Geral de Cursos (IGC) satisfatório, sendo que oito Instituições com nota 4, em uma escala de 1 a 5.

Em relação às visitas in loco, igualmente relevante para a consolidação do modelo em termos regulatórios, das avaliações realizadas pelo MEC em todo o Brasil em 2017 (127 visitas para verificação de cursos e 41 visitas de polos e Instituições), 100% receberam notas 3, 4 ou 5, em uma escala de 1 a 5.

Avaliação: Mestrado e Doutorado

Em razão da periodicidade quadrienal, a boa avaliação nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e doutorado) vem sendo mantida, segundo a escala da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Mestrado e Doutorado em Direito com a nota 5 é destaque no estado do Rio de Janeiro. A qualidade atestada pela nota 4 dos Mestrados e Doutorados em Educação e em Odontologia, a mesma avaliação dos Mestrados Profissionais em Administração e Desenvolvimento Empresarial e em Saúde da Família, indica a continuação da excelência desses cursos.

Credenciamento de novas Instituições

Durante o ano de 2017, o MEC publicou as portarias de credenciamento de mais sete Instituições Estácio:

i) Faculdade Estácio de Ananindeua (aprovada com nota 3 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Ananindeua, estado do Pará, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 150 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 150 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 150 vagas anuais; Sistemas de Informação (Bacharelado), com 150 vagas anuais; e Pedagogia (Licenciatura), com 150 vagas anuais.

ii) Faculdade Estácio de Barbacena (aprovada com nota 4 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Barbacena, estado de Minas Gerais, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Pedagogia (Licenciatura), com 200 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 200 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 200 vagas anuais; e Administração (Bacharelado), com 200 vagas anuais.

iii) Faculdade Estácio de Bauru (aprovada com nota 3 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Bauru, estado de São Paulo, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Ciências Contábeis (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Logística, com 100 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 100 vagas anuais; e Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com 100 vagas anuais.

iv) Faculdade Estácio de Cascavel (aprovada com nota 3 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Cascavel, estado do Paraná, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Ciências Contábeis (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 100 vagas anuais; e Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com 100 vagas anuais.

v) Faculdade Estácio de Imperatriz (aprovada com nota 3 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Imperatriz, estado do Maranhão, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Ciências Contábeis (Bacharelado), com 130 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 200 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 130 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com 130 vagas anuais; e Curso Superior de Tecnologia em Logística, com 130 vagas anuais.

vi) Faculdade Estácio de São José do Rio Preto (aprovada com nota 3 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 100 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, com 100 vagas anuais; e Curso Superior de Tecnologia em Logística, com 100 vagas anuais.

vii) Faculdade Estácio de São José dos Pinhais (aprovada com nota 4 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de São José dos Pinhais, estado do Paraná, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, com 100 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 100 vagas anuais; e Administração (Bacharelado), com 100 vagas anuais.

Novo Centro Universitário

No dia 26 de abril de 2017, foi publicada, no Diário Oficial da União, a portaria de credenciamento do Centro Universitário Estácio do Recife, localizado no município de Recife, estado de Pernambuco, que obteve a nota 4 na visita de avaliação *in loco* (em uma escala de 1 a 5) realizada em julho de 2016.

Aumento de Vagas dos Cursos das Instituições de Ensino Superior

Durante o ano de 2017, o MEC deferiu quinze pedidos de aumento de vagas para cursos das Instituições da Estácio que não possuem prerrogativas de autonomia, inclusive para alguns cursos de Direito e de Psicologia, totalizando 1.584 novas vagas para as IES Estácio.

Autorização de Curso de Medicina – Projeto Mais Médicos

No dia 02 de agosto de 2017, foi publicada a Portaria de Autorização do Curso de Medicina do campus Angra dos Reis da Universidade Estácio de Sá, com 55 vagas totais anuais, após visita de monitoramento do MEC realizada em julho de 2017, conforme o Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina em municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3/2013.

Operações

Ensino presencial

Ao final de 2017, a base de alunos de graduação presencial totalizava 314,1 mil alunos, 4,7% a menos quando comparado ao ano de 2016. Esse resultado tem efeito da redução de 20,4% da base de alunos FIES. A base de alunos FIES totalizou 92,2 mil alunos ao final de 2017, representando 29,3% da base de graduação presencial da Estácio. Excluindo-se o efeito da redução da base de alunos FIES, a base de alunos (Ex-FIES) aumentou 3,9%, enfatizando os diferenciais da Estácio para atrair novos alunos e evidenciando a não-dependência do FIES no processo de captação.

Além do efeito FIES, é importante destacar o efeito em razão da mudança na estratégia de atração de novos alunos, adotada no início de 2017, que passou a ter como objetivo fomentar uma base de alunos mais sustentável, diminuindo a oferta de isenções e bolsas, garantindo o compromisso financeiro do aluno para efetivar a matrícula e renovação.

Ensino a distância – EAD

Em 2017, a base de alunos de graduação EAD apresentou um aumento de 19,4% em relação ao ano de 2016, totalizando 127,6 mil alunos. Diferente dos anos anteriores, em que a captação ocorria em todos os trimestres, o EAD mudou a estratégia e passou a captar nas duas principais janelas do ano, como acontece no presencial. Assim, a Estácio estendeu o período de captação, com o objetivo de reduzir os custos de operação das ofertas.

O aumento de 19,4% na base de alunos de graduação EAD, depois de ter apresentado queda em 2016, foi resultado de diversas iniciativas realizadas pela nova gestão do EAD, como a *clusterização* dos polos parceiros por performance, visando um maior alinhamento nos resultados obtidos.

Pós-graduação

Ao final de 2017, a Estácio contava com 73,6 mil alunos matriculados em cursos de pós-graduação, um aumento de 2,8% em relação ao ano de 2016. O destaque da Pós-Graduação ocorreu na modalidade de Ensino a Distância, que apresentou um aumento de base de 10,2%, com grande atuação das parcerias no processo de captação de alunos.

Governança Corporativa

Qualidade, excelência de gestão, integridade empresarial, conformidade ética e disseminação do acesso à educação no país são compromissos da Estácio com os seus acionistas e com todos os públicos com os quais interagimos.

Em novembro de 2008, aderimos ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em busca de maior transparência e eficiência de nossa Administração. Com isso, a Estácio passou a observar as normas e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, tais como: capital social formado exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o Conselho de Administração e solução de conflito através de arbitragem perante a Câmera de Arbitragem do Mercado.

Em junho de 2010, a Estácio se associou à Associação Brasileira de Companhias Abertas ("Abrasca"), entidade sem fins lucrativos que busca uma constante e qualificada expansão das companhias no mercado de capitais, atuando como uma espécie de fórum para o aperfeiçoamento de métodos e processos empresariais, para o aprimoramento dos serviços dedicados aos acionistas e para o acompanhamento das reformas legais de atualização permanente das estruturas e do funcionamento das companhias.

Com a pulverização do capital em outubro de 2010, a Estácio passou a adotar a partir de 2011, práticas de governança, tais como: (i) disponibilização do Manual do Acionista para participação nas Assembleias Gerais (ii) associação ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBCG"), a partir de 2012; (iii) publicação anual do Relatório de Sustentabilidade, a partir de 2014, com adoção da metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI) e suas Diretrizes G4, seguindo padrões internacionais de governança; (iv) publicação de Políticas Corporativas, como Política de Negociação de Valores Mobiliários (2007), Política de Ato e Fato Relevante (2007), Política Transações entre Partes Relacionadas (2015) e Código de Ética (2008).

A partir de 2017, considerando as novas regras de governança e *compliance* outorgadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pela B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão S.A. ("B3"), bem como as melhores práticas adotadas no mercado nacional e internacional, a Companhia passou e disseminar práticas de governança para todos os seus *stakeholders*, como por exemplo: (i) Campanhas institucionais internas periódicas de *compliance*; (ii) treinamentos periódicos aos Colaboradores e Administradores; (iii) atualização e criação de políticas corporativas, regimentos internos e códigos, divulgadas no website (www.estacioparticipacoes.com.br), no Portal de Governança da Companhia e nos sistemas dos agentes reguladores; (iv) transformação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração em estatutários; (v) criação de Comitês de Assessoramento à Diretoria; (vi) reformulação do escopo de atuação de auditoria interna e implementação de uma área de gerenciamento de riscos; (vii) criação de um Canal Confidencial de Denúncias; (viii) utilização e fidelização do Portal de Governança utilizados pelos Administradores da Companhia, pelos membros do Conselho Fiscal e pelos membros dos Comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração - um canal versátil e prático de acesso e guarda de informações da Companhia, de forma segura e transparente, aos principais documentos da Companhia, bem como à agenda de reuniões, pautas, material de apoio, atas, relatórios, políticas, códigos, regimentos, estatuto, bem como ter a possibilidade de revisar documentos, aprova-los e imprimi-los.

Adicionalmente, a Companhia tem contribuído na disseminação de uma educação de qualidade no país, conforme índice geral de cursos avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cuja nota avaliada em 2017 foi 4, de 5, em 19 cursos, defendendo com isto o título de 2ª melhor universidade privada do Rio de Janeiro.

Antenada às inovações tecnológicas e priorizando manter a qualidade do ensino, a Companhia vem expandindo o formato de educação a distância, com cursos exclusivamente *online* e cursos mistos (presencial e *online*), bem como envidando esforços com sua equipe interna de tecnologia, que conquistou o 1º lugar no Google Brasil no Mobile Site Hackathon em 2017.

Administração

A Administração da Companhia é composta pelos membros do Conselho de Administração e pela Diretoria. A Companhia conta ainda com um Conselho Fiscal. Sua Administração e gestão são pautadas pelos requisitos legais e regulamentares em vigor, incluindo o Regulamento do Novo Mercado que fora atualizado e publicado em setembro de 2017.

O Conselho de Administração da Estácio, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, é composto por nove membros efetivos independentes, com reputação ilibada, expertises multidisciplinares nacional e internacional, diversidade de nacionalidade, de faixa etária e de formação acadêmica.

Em 2017, visando aprimorar as práticas de assessoramento aos membros do Conselho de Administração, a Companhia transformou seus 3 comitês – o Comitê de Gente e Governança, o Comitê de Auditoria e Finanças e o Comitê Acadêmico - em órgãos estatutários e criou o Comitê estatutário de Estratégia. Aperfeiçoou os respectivos regimentos internos, bem como o Regimento Interno do próprio Conselho de Administração, em consonância com as novas regras de governança, as melhores práticas do mercado nacional e internacional e ao Estatuto Social. O Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e a Diretoria passaram a ser anualmente avaliados, em busca de adoção de práticas contínuas de melhorias.

A Diretoria Executiva é composta por seis executivos, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, com reputação ilibada, expertise multidisciplinar, diversidade de formação acadêmica, sexo, faixa etária, estados, todos eleitos pelo Conselho de Administração, são eles: um Diretor Presidente, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro, um Diretor de Ensino e mais três diretores sem designação específica, responsáveis pelas áreas de: Mercado, Operações, Jurídico e *Compliance*. Em 2017, visando aperfeiçoar as práticas de assessoramento aos membros da Diretoria, o Diretor Presidente criou quatro comitês: o Comitê de Ética, o Comitê de Clima, o Comitê de Loyalty e o Comitê de Risco, aprovados de forma colegiada por toda Diretoria da Companhia. Estes Comitês se reúnem mensalmente e são compostos por Colaboradores experientes e multidisciplinares da Companhia, tendo seus respectivos líderes-avaliadores e relatório periódico de resultados.

O Conselho Fiscal, com mandato de um ano, permitida a reeleição, é composto por três membros efetivos e mesmo número de suplentes, todos independentes, com reputação ilibada, expertise de contabilidade societária, diversidade de faixa etária, sexo e formação acadêmica, cujas atribuições e poderes atendem aos requisitos legais e regulamentares, inclusive àqueles do Regulamento do Novo Mercado, do seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia, bem como às melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Mercado de Capitais

Em 2017, o volume financeiro médio diário de negociação das ações da Estácio foi de R$68,8 milhões, um aumento de 92,8% em relação ao anterior, sendo uma das ações mais líquidas da B3 S.A. As ações da Estácio fecharam o ano cotadas a R$32,82, 107,7% acima do preço de fechamento de 2016. Esta alta reflete a confiança de todo o mercado no potencial de execução da Estácio e na capacidade das lideranças na geração de valor. Após os novos executivos e conselheiros iniciarem seus trabalhos em 2016, focados principalmente em aumento de rentabilidade, a Estácio ganha maior visibilidade e credibilidade perante ao Mercado.

Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores está focada em melhorar a avaliação da Estácio no mercado, aumentar a liquidez de suas ações e estreitar o relacionamento com seus investidores. Desde 2010 conta com novos canais de comunicação para manter os acionistas permanentemente informados e para aumentar a transparência da companhia, com destaque para as atualizações de informações de RI nas principais mídias sociais, além de ter a preocupação de manter o site permanentemente atualizado, funcional e moderno.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Programa Educar Para Transformar

As ações de Responsabilidade Social Corporativa da Estácio, orientadas pelo Programa Educar para Transformar, estão ancoradas em cinco pilares: Estácio no Esporte, Estácio na Escola, Estácio Cidadania, Estácio Cultural e Inovação & Empreendedorismo. Essas são as bases estruturantes das contribuições da Companhia para o desenvolvimento social do Brasil. O pilar Inovação & Empreendedorismo foi criado no início de 2018. Nos próximos meses, vamos iniciar uma série de ações e projetos piloto, desbravando novos caminhos, usando novas tecnologias, processos e modelos de negócio. Vamos experimentar abordagens inovadoras para chegarmos em soluções mais eficientes, democráticas e sustentáveis.

A área de Relações Institucionais e Sustentabilidade é responsável pela gestão do Programa Educar para Transformar, cujo processo de implementação evidencia as interfaces entre os cinco pilares e nos inspira a seguir esse movimento de mobilização dos nossos alunos, docentes, Colaboradores administrativos e outros atores da sociedade civil com os quais nos relacionamos.

As iniciativas do Programa Educar para Transformar também são fomentadas por meio de investimento em projetos incentivados por renúncia fiscal.

No sentido de disseminar informações sobre as nossas melhores práticas corporativas associadas ao Programa Educar para Transformar, sintetizamos algumas experiências bem-sucedidas desenvolvidas pela Companhia. Além de evidenciarem os impactos positivos gerados nas localidades onde atuamos, essas iniciativas também sinalizam a importância do fortalecimento das ações realizadas em redes de parceria e cooperação. Acreditamos que é dessa forma que avançamos, continuamente, rumo à internalização do conceito de sustentabilidade no nosso cotidiano e,

Estácio

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 08.807.432/0001-10

IBOVESPA Índice Brasil 50 IBRX 50 | Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC | Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG | ESTC3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No Dia E Nacional, a área de Relações Institucionais e Sustentabilidade organizou a visita de alunos do Solar Meninos de Luz ao Monumento a Estácio de Sá. Durante o mês de setembro, foi realizado um projeto de fotografia, reunindo os alunos para registrarem o seu olhar em relação ao Solar. No evento do Dia E, os alunos puderam ver o resultado do trabalho por meio da exibição das fotos.
Ainda no o Dia E Nacional, a Estácio convidou os Colaboradores para participarem de uma experiência de voluntariado empresarial. Os funcionários que se inscreveram no Portal Estácio Voluntário (www.estacio.br/voluntario) foram ao Refettorio Gastromotiva, na Lapa, no centro do Rio de Janeiro, para vivenciar uma experiência como voluntários no serviço de jantar do local: servir o jantar para 90 moradores em situação de rua. Após a experiência de voluntariado, os Colaboradores da Estácio jantaram os mesmos pratos servidos para os beneficiários e tiveram um momento de reflexão coordenado pela assistente social do Refettorio Gastromotiva. O Refettorio Gastromotiva é um restaurante-escola e também um refeitório comunitário. Foi lançado em agosto de 2016 com o objetivo de contribuir contra o desperdício de alimentos, má nutrição e exclusão social.
Nesse mesmo dia, o Portal Estácio Voluntário levou Colaboradores da Estácio para pintarem a sala de dança da Associação Ressurgir. O local fica próximo à unidade João Uchôa/Rio de Janeiro e a ação teve o apoio do seu gestor Prof. José Laranjo.

A Associação Ressurgir tem os seguintes propósitos:

• Amparar a família: assisti-la na saúde, na alimentação e capacita-la profissionalmente para a geração de renda e para o acesso ao mercado de trabalho.
• Promover a inclusão social das nossas crianças e adolescentes através da conscientização dos seus direitos e deveres.
• Disponibilizar meios para elevar a qualidade de vida das nossas famílias.

Estácio Cultural

A cultura tem papel fundamental no processo de desenvolvimento da cidadania, na formação dos sensos crítico e estético e na ampliação da visão do mundo dos indivíduos. Por acreditar em seu papel transformador, promovemos e apoiamos projetos teatrais, espetáculos musicais, exposições, filmes e a publicação de livros com temática sociocultural relevante. Também somos curadores do Monumento a Estácio de Sá, no Rio de Janeiro/RJ, espaço que promove exposições de artistas e realiza eventos culturais abertos ao público.
A partir de 2015, aprimoramos nosso processo de seleção de projetos apoiados por meio de leis de incentivo por meio do Comitê de Incentivos Fiscais, buscando gerar mais experiências positivas para nossos alunos e professores em todo Brasil. Atingimos novas praças, fora dos grandes centros, e reproduzimos projetos bem-sucedidos em novas localidades e regiões do país, democratizando o acesso aos bens culturais para deixar um legado consistente para as comunidades.

ArtRio

Mais do que uma feira de arte, a ArtRio é reconhecida pelo grande público como um evento único, oportunidade de ver, em um mesmo espaço, obras de grandes mestres e também o trabalho de novos artistas. O evento, que acontece anualmente na cidade do Rio de Janeiro/RJ, contribui de forma ativa durante todo o ano para o sucesso da cadeia produtiva de arte e tem também um forte papel de polo estimulador, apoiando exposições, destacando novas galerias e a formação de artistas jovens. Desta forma, a feira constrói um legado artístico para o público brasileiro, ávido por consumir arte e cultura.

Música na Estrada

O Festival Música na Estrada é considerado um dos mais expressivos projetos culturais do norte do país. Desde 2011, promove acessibilidade, formação de plateia e aprimoramento musical por meio do intercâmbio e da valorização de conteúdos artísticos de várias regiões do país. Inteiramente gratuita, a 7ª edição do festival teve início em 24 de outubro de 2017 e vai até março de 2018 nas cidades de Belém, Brasília, Santarém, Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Macapá. A programação artística contempla de forma evidenciada a música clássica, oferecendo também artes cênicas e música instrumental, em paralelo às tradicionais oficinas de música e dança.

Rolé Carioca

Conduzido por professores de História da Estácio, o projeto resgata a história, a cultura e curiosidades de bairros cariocas distantes dos pontos turísticos da cidade por meio de visitas guiadas pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Rolé Brasil

Pelo 2º ano consecutivo em escala nacional, o Rolé Brasil convida o público a explorar o espaço urbano de metrópoles numa descontraída aula a céu aberto. Em duas horas de passeio, professores-guias irão destacar elementos da história, geografia, cultura, arquitetura, urbanismo e meio ambiente, formando quadros na paisagem para compreensão e potencial transformação desses espaços. Em 2017, foi a vez de Aracaju, Manaus, Recife, Vila Velha e, novamente, Salvador e São Paulo receberem o Rolé, com a mesma estrutura e perfil em todas as cidades por onde passará: roteiros pensados para serem feitos a pé, guiados por professores especialistas nos assuntos abordados, com um olhar atento à identidade local e acesso gratuito.

Sustentabilidade

Em 2017, pelo quarto ano consecutivo, a Estácio desenvolveu seu Relatório de Sustentabilidade baseado na metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI) na versão G4/Essencial.

Semana da Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Entre os dias 25 e 30 de setembro de 2015, a Estácio realizou a 5ª Semana de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, com mais de 800 atividades gratuitas para a população em 22 estados e no Distrito Federal. O evento evidenciou que a Sustentabilidade é um atributo desejado da nossa marca e um movimento permanente para a realização de nossa Missão. Em 2017, a campanha de comunicação teve o foco na Alimentação Sustentável, estimulando a consciência sobre esse tema. Foram divulgados cartazes e banners nas unidades da Estácio e os posts nas redes sociais atingiram mais de 1 milhão de seguidores.
Mais de 80 campi da Instituição participaram do evento, promovendo atrações culturais, palestras e mesas redondas com especialistas em sustentabilidade e instituições parceiras e oficinas diversas, além de ações sociais, realizadas por alunos e professores, e diversos atendimentos para a população local.
A Semana de Sustentabilidade aconteceu em paralelo à campanha de responsabilidade social da ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. As unidades participantes receberam o selo de Instituição Socialmente Responsável.

Colaboradores

Os resultados obtidos em 2017 são também representados pelo engajamento de seus Colaboradores com o modelo de negócio e com a cultura organizacional da companhia. Com forte investimento no treinamento e desenvolvimento das equipes acadêmicas e de gestão, a Estácio encerrou o ano com 13.004 Colaboradores, sendo 7.690 docentes e 5.314 em áreas administrativas e de apoio ao ensino presentes em 23 Estados e 50 cidades no Brasil.
No total, a Companhia pagou em 2017 o equivalente a R$1 bilhão e R$389 milhões em salários e encargos sociais.
O perfil da população de Colaboradores da Companhia, destaca-se pela sua diversidade de sexo e idade. A população é composta por 48% de homens e 52% de mulheres, considerando uma média geral de idade de 40 anos (incluindo administrativos, apoio e docentes). A distribuição por faixa etária (incluindo docentes) ocorre da seguinte forma: (i) 10% abaixo de 26 anos; (ii) 29% entre 26 e 35 anos; (iii) 31% entre 36 e 45 anos; (iv) 24% entre 46 e 60 anos; e (v) 6% acima de 60 anos. É exatamente a combinação dessas pessoas que contribuem para o atingimento de resultados cada vez melhores. O sucesso das políticas internas e a consolidação de lideranças foram mais uma vez refletidos na Pesquisa Anual de Clima da Estácio, concluída em novembro de 2017. Esta pesquisa, conduzida por consultoria externa especializada em projetos de Recursos Humanos, contou com a participação de 11.717 respondentes, equivalente a 79% dos Colaboradores da Estácio, e alcançou o expressivo resultado geral de 81% de engajamento.
Na Pesquisa Anual de Clima é apurado o indicador de intenção de permanecer na Estácio. A distribuição do tempo de permanência é: (i) 3% tem a intenção de permanecer Menos de 1 ano; (ii) 6% tem a intenção de permanecer de 1 a 2 anos; (iii) 11% tem a intenção de permanecer de 3 a 5 anos; 80% tem a intenção de permanecer acima de 5 anos.
Focada na busca permanente por melhorias em processos, pessoas e produtos, a Estácio acredita na constante formação de seus Colaboradores, para potencializar suas competências e habilidades. Por isso, em 2017, a Companhia investiu mais de R$1,7 milhão na capacitação de Colaboradores administrativos e docentes.
Em 2017 mantivemos todos os programas de formação e desenvolvimento já consolidados, tais como Programa Trainee, Portfólio, Programa de Incentivo a Qualificação Docente, Coordenador Gestor, Matriz de Atendimento e Capacitação para Analistas do Corporativo, Programa de Segurança do Trabalho e Primeira Gestão. Além disso a Universidade Corporativa Estácio - Educare lançou 2 novos programas:

• Força de Vendas: programa de formação direcionado para equipe de vendas da Estácio, com objetivo de ampliar os conhecimentos sobre segmento de educação, aspectos regulatórios e cultura da organização, aprimorar técnicas de venda consultiva, técnicas de negociação e gestão de conflitos. Com turmas presenciais e trilha online, alcançamos adesão de 93% com mais de 300 consultores de todo o Brasil capacitados ao longo do ano.
• Programa de Desenvolvimento de Gestão (PDG): programa de capacitação de líderes com objetivo de potencializar competências e habilidades para impactar positivamente a execução da estratégia, baseada na ampliação da visão crítica, sistêmica e integrada da gestão e suas conexões proporcionando fluidez na relação entre o gestor e seus níveis estratégicos, e deste com seus liderados. Durante o ano capacitamos 435 gestores de todo o Brasil, com conteúdo presencial e online, atingindo 97% de favorabilidade pelos participantes.

Em 2017, a Estácio manteve uma média mensal de 7 mil Colaboradores (administrativos e docentes) em curso nos programas de capacitação na Educare. Foram mais de 342 mil horas de treinamento realizadas durante todo o ano.

Programa de Incentivo à Qualificação Docente

O Programa de Incentivo à Qualificação Docente (PIQ) é um dos importantes pilares de investimentos em treinamentos.

PIQ Formação Continuada

Em 2017, ofertamos cursos que atraíram 3.660 inscrições docentes de todas as regiões do país participaram do PIQ Formação Continuada, um processo de capacitação online destinado ao aprimoramento acadêmico e à atualização de todos os professores na prática docente, cujo objetivo é criar uma identidade de excelência no modelo de ensino da Estácio, propiciando condições para constantes atualizações e aperfeiçoamentos.

PIQ Mérito

A finalidade do PIQ Mérito é valorizar a produção docente, aprimorar o exercício do magistério superior e as atividades de pesquisa, além de estimular a produção do conhecimento com relevância científica e social. Abrange o Concurso Nacional de Produção Científica, Projetos de Extensão e Ensaio e o Docente Destaque, que reconhece e estimula o desempenho docente como forma de fortalecer sua vinculação à Estácio, aprofundando seu compromisso com nossa missão, visão e valores. Em 2016 foram 50 professores premiados. O concurso completou 10 anos e já totaliza 500 professores premiados.
Em 2017, no Programa de Bolsas de Mestrado e Doutorado totalizamos 102 bolsas externas ativas e 17 bolsas internas ativas. E já foram concluídas 141 bolsas externas e 53 bolsas internas. Além disso, 224 docentes foram contemplados com subsídios para participação em eventos científicos, sendo 114 eventos internacionais e 114 eventos nacionais. A participação em eventos internacionais é parte das ações de internacionalização proposta pela instituição e representa um avanço nas áreas de pesquisa e inovação.

PIQ Remuneração

O PIQ Remuneração é a cultura da meritocracia aplicada ao corpo docente da Estácio, identificando e reconhecendo os professores que mais se destacam nas suas atividades. A Remuneração Variável docente contempla 25% do grupo de professores melhor avaliados pelo seu desempenho, com critérios estabelecidos pelas diretorias de Gente e Gestão e Operações.

Sistema de Gestão e Remuneração Variável

A Estácio conta com mais de 580 gestores com metas específicas baseadas em indicadores financeiros e não financeiros. Hoje, 100% dos Colaboradores administrativos, exceto estagiários, menores aprendizes e terceiros, podem ser elegíveis a programas de Remuneração Variável, de acordo com o desempenho da área e os resultados de toda a companhia. A Estácio conta ainda com programas de remuneração específicos para coordenadores de curso e professores. Atualmente possui 80 executivos no Plano de Opções de Ações.
A Estácio avança com o Programa de Excelência em Gestão – PEG, através do qual as unidades se avaliam em relação ao padrão de referência esperado para os processos nos pilares Administrativo Financeiro, Comercial, Atendimento, Acadêmico e Gente e Gestão. Em 2017, tivemos o quinto ciclo de avaliações do PEG, reconhecendo e premiando as unidades que alcançaram o melhor desempenho.
Como parte do processo de acompanhamento constante de resultados, o Sistema de Gestão agrega além da reunião de Gestão de Desempenho de Operações (GDO), uma série de outras reuniões sistematizadas como a Gestão de Desempenho Acadêmico (GDA), com foco em Ensino.
A companhia conta ainda com um sistema interno *online* de Gestão da Padronização (SGP), que reúne informações sobre todos os Documentos Normativos da Estácio. A transparência nos processos, políticas e diretrizes institucionais, bem como a facilidade de acesso, auxiliam na execução de tarefas, estimulam o aprendizado e contribuem para a garantia da qualidade.

Auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com nossos auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") foram contratados para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor total dos honorários devidos por este trabalho totalizou R$1.170.264,59.

Serviço	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	1.170.264,59	De Abril 2017 a Março 2018	Revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2017
TOTAL	**1.170.264,59**		

Cláusula Compromissória

A Estácio Participações está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Artigo XII constante do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

Todas as conquistas no decorrer de 2017 só foram possíveis graças ao apoio e à confiança, recebidos dos acionistas, alunos, fornecedores e instituições financeiras. A Administração da Companhia agradece, de forma especial, à dedicação e ao empenho de seus docentes e Colaboradores. Muito obrigado!

A Administração

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.

Pedro Thompson Landeira de Oliveira, Leonardo Moretzsohn de Andrade, Alberto de Senna Santos, Hudson Rubem de Oliveira Mello Junior, Sergio Santos Leite Pinto e Antônio Higino Viegas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	241	95	13.996	58.340
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	45.820	127.240	510.450	345.669
Contas a receber (Nota 4)			991.404	847.282
Partes relacionadas (Nota 5)	15.612	2.423		
Despesas antecipadas (Nota 6)	25	215	6.544	36.390
Dividendos a receber	390.957	200.000		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	3.908	36.452	92.046	110.472
Outros			49.040	55.542
	456.563	366.425	1.663.480	1.453.695
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber (Nota 4)			32.694	317.598
Despesas antecipadas (Nota 6)			5.105	5.689
Depósitos judiciais (Nota 16)	185	2.208	102.808	119.491
Impostos diferidos (Nota 27)			70.617	58.752
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	36.981	186	80.322	36.315
Outros			43.217	59.832
	37.166	2.394	334.763	597.677
Investimentos				
Em controladas (Nota 8)	2.118.132	2.305.020		
Outros			228	228
Intangível (Nota 9)	793.280	809.747	1.420.208	1.469.492
Imobilizado (Nota 10)			43 602.416	620.060
	2.911.412	3.114.810	2.022.852	2.089.780
	2.948.578	3.117.204	2.357.615	2.687.457
Total do ativo	3.405.141	3.483.629	4.021.095	4.141.152

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Circulante				
Fornecedores	2.205	1.814	70.923	66.138
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	326.072	444.592	349.274	468.114
Salários e encargos sociais (Nota 12)	352	268	158.640	155.233
Obrigações tributárias (Nota 13)	172	215	76.794	63.782
Mensalidades recebidas antecipadamente			13.341	27.403
Parcelamento de tributos (Nota 14)			4.295	3.128
Partes relacionadas (Nota 5)	2	4.303		633
Dividendos a pagar	100.846	87.439	100.846	87.439
Preço de aquisição a pagar (Nota 15)			57.109	53.565
Outros	329	1.834	11.722	11.879
	429.978	540.465	842.944	937.314
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	193.343	498.290	218.047	554.419
Contingências (Nota 16)	172		86.284	64.880
Parcelamento de tributos (Nota 14)			10.301	12.780
Impostos diferidos (Nota 27)	4.361	9.871	14.177	23.604
Provisão para desmobilização de ativos			22.196	22.313
Preço de aquisição a pagar (Nota 15)			29.989	72.376
Outros (Nota 8)	30	330	19.900	18.793
	197.906	508.491	400.894	769.165
Patrimônio líquido (Nota 17)				
Capital social	1.130.818	1.130.818	1.130.818	1.130.818
Gastos com emissão de ações	(26.852)	(26.852)	(26.852)	(26.852)
Reservas de capital	663.981	661.123	663.981	661.123
Reservas de lucros	1.139.764	816.014	1.139.764	816.014
Ações em tesouraria	(130.454)	(146.430)	(130.454)	(146.430)
	2.777.257	2.434.673	2.777.257	2.434.673
Total do passivo e patrimônio líquido	3.405.141	3.483.629	4.021.095	4.141.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Operações continuadas				
Receita líquida das atividades (Nota 22)			3.378.979	3.184.505
Custos dos serviços prestados (Nota 23)			(1.777.113)	(1.809.042)
Lucro bruto			1.601.866	1.375.463
Receitas (despesas) das operacionais				
Despesas comerciais (Nota 24)			(443.561)	(376.285)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(38.676)	(43.166)	(598.324)	(538.377)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 8)	550.330	502.268		
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 25)	(12.097)	1.247	(16.470)	(1.710)
Lucro operacional	499.557	460.349	543.511	459.091
Receitas financeiras (Nota 26)	13.428	58.686	117.859	175.138
Despesas financeiras (Nota 26)	(109.699)	(157.796)	(229.312)	(261.436)
Resultado financeiro líquido	(96.271)	(99.110)	(111.453)	(86.298)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	403.286	361.239	432.058	372.793
Imposto de renda corrente e diferido (Nota 27)	15.678	5.047	(3.041)	(2.171)
Contribuição social corrente e diferido (Nota 27)	5.626	1.816	(4.427)	(2.520)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	424.590	368.102	424.590	368.102
Lucro líquido por lote de mil ações - básico (Nota 21)	1,37464	1,16037	1,37464	1,16037
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído (Nota 21)	1,37036	1,15953	1,37036	1,15953

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

			Reservas de capital				Reservas de lucro				
	Capital social	**Gastos c/ emissão de ações**	**Incentivos de longo prazo**	**Deságio na alienação de ações**	**Ágio na subscrição de ações**	**Opções outorgadas**	**Legal**	**Retenção lucros**	**Ações em tesouraria**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2016	1.064.934	(26.852)	2.412		595.464	63.944	74.794	935.872	(137.603)		2.572.965
Exercício de opções de ações (Nota 20)	10.554										10.554
Opções outorgadas (Nota 20)						1.505					1.505
Incentivo de Longo Prazo - ILP (Nota 20)			1.490								1.490
Pagamento ILP			(3.692)						3.692		
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 17)									(12.519)		(12.519)
Dividendos intermediários (R$ 1,36 por ação)								(420.000)			(420.000)
Lucro líquido do exercício										368.102	368.102
Destinação do lucro líquido											
Aumento de Capital	55.330							(55.330)			
Constituição de reservas							18.405	262.273		(280.678)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,29 por ação)										(87.424)	(87.424)
Em 31 de dezembro de 2016	1.130.818	(26.852)	210		595.464	65.449	93.199	722.815	(146.430)		2.434.673
Opções outorgadas (Nota 20)						7.458					7.458
Incentivo de Longo Prazo - ILP (Nota 20)			94								94
Deságio na alienação de ações em tesouraria (Nota 17)				(4.694)					4.694		
Pagamento SOP (Nota 17)									11.282		11.282
Lucro líquido do período										424.590	424.590
Destinação do lucro líquido											
Constituição de reservas							21.230	302.520		(323.750)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,33 por ação)										(100.840)	(100.840)
Em 31 de dezembro de 2017	1.130.818	(26.852)	304	(4.694)	595.464	72.907	114.429	1.025.335	(130.454)		2.777.257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Lucro líquido do exercício	424.590	368.102	424.590	368.102
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras				
Efeito do imposto de renda				
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	424.590	368.102	424.590	368.102
Atribuível a:				
Acionistas controladores				
Acionistas não controladores	424.590	368.102	424.590	368.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receitas				
Serviços educacionais			3.515.301	3.299.243
Outras receitas			16.103	18.731
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			(235.074)	(158.617)
Outras despesas comerciais			(1.588)	(3.058)
			3.294.742	3.156.299
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e serviço de terceiros	(15.617)	(17.550)	(548.404)	(570.860)
Contingências	(171)		(124.013)	(109.484)
	(15.788)	(17.550)	(672.407)	(680.344)
Valor adicionado bruto	(15.788)	(17.550)	2.622.325	2.475.955
Depreciação e amortização	(16.484)	(19.909)	(194.272)	(191.886)
Valor adicionado líquido produzido	(32.272)	(37.459)	2.428.053	2.284.069
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	550.330	502.268		
Receita financeira	13.428	58.686	117.859	174.784
Outras	(21.481)	33	(20.955)	(977)
	542.277	560.987	96.904	173.807
Valor adicionado total a distribuir	510.005	523.528	2.524.957	2.457.876
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	4.973	3.498	1.114.519	1.075.840
Benefícios	1	4	52.491	48.622
FGTS			75.439	78.958
	4.974	3.502	1.242.449	1.203.420
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(19.470)	(4.465)	260.387	265.610
Estaduais			6	6
Municipais			146.080	134.354
	(19.470)	(4.465)	406.473	399.970
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	99.911	156.389	215.278	253.024
Aluguéis			236.167	233.360
	99.911	156.389	451.445	486.384
Remuneração de capitais de próprios				
Lucros retidos	424.590	368.102	424.590	368.102
	424.590	368.102	424.590	368.102
Valor adicionado distribuído	510.005	523.528	2.524.957	2.457.876

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	403.286	361.239	432.058	372.793
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:				
Depreciação e amortização	16.484	19.909	194.272	191.886
Amortização dos custos de captação de empréstimo	8.602	1.380	8.602	1.380
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			235.074	221.290
Opções outorgadas - Provisão stock options			7.458	1.505
Provisão para Incentivo de Longo Prazo (ILP)			94	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(782)	(6.531)	(4.990)	(11.007)
Provisão para contingências	172		135.927	109.464
Atualização do contas a receber - FIES			4.898	(12.663)
Ajuste a valor presente - contas a receber - FIES			(13.194)	(14.920)
Ajuste a valor presente - Venda da Carteira			(5.702)	
Atualização de créditos tributários	(3.043)	(2.513)	(10.193)	(8.893)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	97.422	115.992	119.745	120.638
Equivalência patrimonial	(550.330)	(502.268)		
(Ganho) perda na baixa de imobilizado e intangível	26		15.669	21.533
Impairment (Goodwill)	14.018		14.018	
Provisão com obrigações desmobilização de Ativos			(312)	5.754
Atualização de compromissos a pagar			4.586	
Outros	(2.100)	(526)	(2.047)	5.737
	(16.245)	**(13.318)**	**1.135.963**	**1.004.517**
Variações nos ativos e passivos:				
(Aumento) Redução Títulos e Valores Mobiliários	82.202	303.341	(159.791)	310.688
(Aumento) em contas a receber			(75.222)	(263.223)
(Aumento) Redução em outros ativos	(1.630)	136	(13.373)	(5.893)
Redução em adiantamentos a funcionários / terceiros			14.308	14.470
(Aumento) Redução de Despesas antecipadas	190	(96)	29.846	25.786
(Aumento) de impostos e contribuições a recuperar	(1.209)	(4.886)	1.028	(11.534)
Aumento (redução) em fornecedores	391	461	4.785	(9.139)
(Redução) em obrigações tributárias	(108)	(15)	(18.976)	(22.572)
(Aumento) Redução em salários e encargos sociais	84	18	3.407	26.336
(Aumento) Redução em mensalidades recebidas antecipadamente			(14.062)	3.856
(Redução) Condenações cíveis / trabalhistas	1		(114.523)	(77.662)
(Aumento) Redução em Preço de aquisição a pagar			(43.429)	15.727
(Redução) Provisão com obrigações desmobilização de Ativos			195	
Aumento em outros passivos	294	31	4.318	5.487
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(8.413)
(Redução) em parcelamento de tributos			(2.771)	(3.879)
(Aumento) Redução no ativo não circulante			17.200	(36.537)
(Aumento) Redução em Depósitos judiciais	2.023	165	16.683	(10.579)
	65.993	**285.837**	**785.586**	**957.436**
Juros pagos de empréstimo	(72.447)	(112.909)	(72.406)	(112.909)
IRPJ e CSLL Pagos			(13.190)	(7.787)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	**(6.454)**	**172.928**	**699.990**	**836.740**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de ativo imobilizado			(99.077)	(197.369)
Aquisição de ativo intangível		(155)	(57.954)	(72.153)
Ágio e fundo de comércio em investimento em empresas controladas				(8.082)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição				(49)
Dividendos recebidos	550.000	510.213		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.205)	(111.080)		
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas) nas atividades de investimento	**539.795**	**398.978**	**(157.031)**	**(277.653)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Aumento de capital decorrente de exercício de opções de ações		10.554		10.554
Aquisição de ações em tesouraria		(12.519)		(12.519)
Utilização de ações em tesouraria decorrente de exercício de opções de ações	15.976		15.976	
Dividendos pagos	(87.433)	(535.097)	(87.433)	(535.097)
Deságio na alienação de ações em tesouraria	(4.694)		(4.694)	
Valor recebido pela emissão de debêntures		100.000		100.000
Valor de captação de Empréstimos e financiamento		300.000		380.997
Ganho com instrumento derivativo - SWAP		25.565		25.565
Custos de captação de empréstimos	563	6.355	563	6.355
Amortização de empréstimos e financiamentos	(457.607)	(467.098)	(511.715)	(525.013)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos	(533.195)	(572.240)	(587.303)	(549.158)
Aumento nas disponibilidades	146	(334)	(44.344)	9.930
No início do período	95	429	58.340	48.410
No final do período	241	95	13.996	58.340
Variação no saldo de disponibilidades	146	(334)	(44.344)	9.930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia" ou "Grupo") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte e duas empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo dezenove mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, dez Centros Universitários e quarenta e nove Faculdades, distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal.

Em 28 de junho de 2017 o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE apreciou o Ato de Concentração nº 08700.006185/2016-56 e decidiu pela não aprovação da aquisição da Companhia pela Kroton Educacional S.A..

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 15 de março de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas na Nota 2.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A Companhia irá adotar a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9 mencionados acima. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia em 2018, quando o Grupo passará a adotar a IFRS 9/ CPC 48. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48. A Companhia espera um aumento na provisão para perdas com as Contas a Receber, resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido, conforme discutido abaixo.

A Companhia tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia estima que devido à natureza não garantida dos seus recebíveis, a provisão para perdas aumentará entre R$ 60.000 e R$ 80.000, com a correspondente redução do passivo fiscal diferido no montante entre R$ 20.000 e R$ 27.000. Sendo assim, esses impactos deverão reduzir o Patrimônio Líquido no início do exercício de 2018 entre R$ 40.000 e R$ 53.000.

A Companhia não opera com transações de derivativos e relações de *hedge*.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia irá adotar a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto quanto ao Resultado do Exercício, a partir de janeiro de 2018, pelo reconhecimento da Receita dos alunos que possuem financiamento do Governo Federal, FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), com contrato suspenso por pendências no Sistema oficial do programa (SisFies). À luz do que determina o IFRS 15.12, um contrato não existe se cada parte do contrato tiver o direto incondicional de rescindir inteiramente o contrato não cumprido, sem compensar a outra parte. Assim, os alunos não aditados no SisFies deverão negociar um novo contrato com a Instituição de ensino sem o financiamento do FIES. A Companhia não reconhecerá a receita dos alunos em processo de aditamento do FIES até que sejam aditados ou firmado contrato com a Companhia para prestação do serviço de ensino. A Companhia estima que o montante da Receita não registrada por conta deste assunto seja menor que 0,5% da Receita Líquida Anual.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. Todavia, o Grupo ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante, mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

1.4. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é de 100% em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Diretas:
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")
Estácio Editora ("EDITORA")
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")

Indiretas:
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")
Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("Estácio Amazonas")
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

1.5. Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Em 2017 não houve aquisição. A aquisição realizada em 2016 está resumida a seguir:

Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant´Ana Ltda. (FUFS)

Em 10 de março de 2016, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda., pelo montante de R$ 9.500. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017, em decorrência dessa aquisição é de R$ 3.180, sendo R$3.000 referente ao valor principal e R$180 de atualização monetária (R$ 3.098 em 31 de dezembro de 2016, sendo R$3.000 referente ao valor principal e R$98 de atualização monetária).

A FUFS, fundada em 2012, possuía na data de aquisição aproximadamente 1.500 alunos, 2.760 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 5 cursos superiores em fase de maturação. Localizada em Feira de Santana, a aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado da Bahia, agregando um portfólio de cursos na área de saúde, especificamente os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição e Radiologia, portfólio este, identificado como sendo de alta demanda pelo mercado de trabalho na região. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	FUFS
Valor da aquisição	
Caixa	5.455
Compromissos a pagar	3.000
Total da Contraprestação	8.455
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	(49)
Ágio	8.406
Alocação do ágio	
Marca	2.240
Licença de operação	261
Carteira de alunos	758
IR CS diferidos	(1.108)
Goodwill	6.255
	8.406
Clientes	1.569
Créditos diversos	18
Imobilizado	758
Intangível	11
Empréstimos e financiamentos	(694)
Fornecedores	(253)
Obrigações trabalhistas	(659)
Obrigações tributárias	(540)
Parcelamentos	(161)
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	49

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

• títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;

• títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e

• títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.4. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.5. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.8. Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A Marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a Royalty Source. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca "Estácio".

(b.3) Licença de operação

O valor justo da Licença de Operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do inicio da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) *Softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

• É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
• A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
• O *software* pode ser vendido ou usado.
• Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
• O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.9. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.13. Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.14. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

• IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
• COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
• PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permitem que os tributos calculados sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica não sejam recolhidos aos cofres governamentais. A isenção decorrente do PROUNI não poderá ser distribuída aos sócios e deverá constituir a reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

• Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
• Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16. Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutário ("ILP"), conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

2.17. Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

2.18. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33) (Nota 21).

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

**2.20. Recon

Estácio

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 08.807.432/0001-10

IBOVESPA Índice Brasil 50 IBRX 50 · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC · Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG · ESTC3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

continuação

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos), de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.25. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um púbico diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	241	95	13.996	58.340
Caixa e equivalentes de caixa	241	95	13.996	58.340
Certificados de depósitos bancários - CDB	8.213	29.063	30.000	45.160
Titulo público - LFT	–	34.925	–	34.925
Fundos de investimento - Bradesco	14.951	30.085	294.878	195.063
Fundos de investimento - Itaú Estapart	22.577	33.063	183.645	64.747
Fundos de investimento - Itaú Judicial	35	63	1.443	1.075
Fundos de investimento - Banco do Brasil	–	–	287	142
Operações compromissadas	44	41	57	4.291
Título de capitalização	–	–	140	266
Títulos e valores mobiliários	45.820	127.240	510.450	345.669

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2017, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2017 - 6,89%; 2016 - 13,63%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Para fins de comparabilidade, reapresentamos os saldos e as respectivas remunerações de 31 de dezembro de 2016 por Fundos de Investimento.

As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. O fundo de investimento Bradesco é remunerado pelo CDI com taxa média de 96,60% em 2017 (98,53% em 2016); o fundo de investimento Estapart (Itaú) é remunerado pelo CDI com taxa média de 100,55% em 2017 (99,10% em 2016); o fundo de investimento ItauJud (Itaú) é remunerado pelo CDI com taxa média de 56,88% em 2017 (67,94% em 2016); o fundo de investimento Banco do Brasil é remunerado pelo CDI com taxa média de 89,18% em 2017 (91,64% em 2016).

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 99,51% em 2017 (99,6% em 2016).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de emissores de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas pelo CDI com taxa média de 80,39% em 2017 (83,9% em 2016).

4. Contas a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Mensalidades de alunos	473.081	406.678
FIES (a)	600.725	828.688
Convênios e permutas	21.129	15.006
Cartões a receber (b)	58.337	55.666
Acordos a receber	91.570	80.173
	1.244.842	1.386.211
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(205.062)	(205.637)
Valores a identificar	(4.298)	(2.500)
(-) Ajuste a valor presente (c)	(11.384)	(13.194)
	1.024.098	1.164.880
Ativo circulante	991.404	847.282
Ativo não circulante	32.694	317.598
	1.024.098	1.164.880

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2017 está relacionado ao PAR (Programa de Parcelamento Estácio) e Educar Amazônia e em 2016 ao FIES. A composição por idade é a seguinte:

	Consolidado	
	2017	2016
2018	–	317.598
2019	4.589	–
2020	3.376	–
2021	16.829	–
2022	52.583	–
2023 a 2024	391	–
(-) Ajuste a valor presente PAR e Educar (c)	(11.384)	–
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa PAR e Educar	(33.690)	–
Ativo não circulante	32.694	317.598

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.

(a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. O saldo deste contas a receber apresentou uma queda de 28% em 31 de dezembro de 2017 quando comparado a 31 de dezembro de 2016 em decorrência do recebimento da 2ª parcela referente a 25% do saldo de 2015 negociado com o governo em 03 de fevereiro de 2016, restando em aberto a última parcela com vencimento em junho de 2018.

(i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

(ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.

(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.

(b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociações de mensalidades em atraso.

(c) O ajuste a valor presente em 2017 soma R$ 11.384 (R$ 11.195 referente ao PAR e R$ 189 referente ao programa Educar Amazônia).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2017	%	2016	%
FIES	600.725	48	828.688	59
PRONATEC	8.680	1	8.420	1
Polos parceiros	3.665	1	1.820	1
A vencer	175.834	14	87.483	6
Vencidas até 30 dias	91.720	7	65.259	5
Vencidas de 31 a 60 dias	63.660	5	55.309	4
Vencidas de 61 a 90 dias	57.762	5	54.489	4
Vencidas de 91 a 179 dias	77.672	6	104.294	7
Vencidas há mais de 180 dias	165.124	13	180.449	13
	1.244.842	100	1.386.211	100

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2017	%	2016	%
A vencer	38.781	42	20.702	26
Vencidas até 30 dias	8.891	10	6.434	8
Vencidas de 31 a 60 dias	7.603	8	4.935	6
Vencidas de 61 a 90 dias	7.060	8	5.190	7
Vencidas de 91 a 179 dias	14.698	16	18.798	23
Vencidas há mais de 180 dias	14.537	16	24.114	30
	91.570	100	80.173	100

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considera a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 dias, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do governo federal e para recebíveis da carteira de alunos da Estácio Ribeirão Preto pertencentes aos Polos parceiros, acrescido de acordos renegociados e valores parcelados pelo Programa de Parcelamento Estácio (PAR), com baixa expectativa de realização.

Para confirmar a procedência do critério utilizado, a Companhia comparou as perdas históricas dos recebíveis em relação às receitas auferidas (incluindo alunos que não aderiram o FIES), dos últimos 5 anos, com a provisão constituída em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que a mesma é suficiente para fazer face às perdas futuras. Ressalta-se que os recebíveis em atraso há mais de 360 dias são integralmente baixados.

A conciliação da composição por idade do contas a receber com a provisão para crédito de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Contas a receber vencido há mais de 180 dias	165.124	180.449
Provisão de cheques devolvidos até 179 dias	1.252	–
Provisão complementar de acordos	4.630	25.188
Provisão PAR e Educar Amazônia (i)	33.690	–
Provisão outros	366	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	205.062	205.637

(i) Programa de parcelamento de mensalidades, para as quais a Companhia estima um maior percentual de perdas equivalente a 50% do valor financiado, líquido de AVP (ajuste a valor presente).

A composição por idade do montante referente a provisão complementar de acordos com baixa expectativa de realização está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	2017	%	2016	%
A vencer	2.052	44	10.316	41
Vencidas até 30 dias	357	8	1.092	4
Vencidas de 31 a 60 dias	375	8	1.438	6
Vencidas de 61 a 90 dias	389	8	1.906	8
Vencidas de 91 a 179 dias	1.457	32	10.436	41
	4.630	100	25.188	100

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	172.023
Aumento bruto da provisão para inadimplência	335.341
Recuperação da inadimplência	(129.726)
Efeito líquido da provisão	205.615
Baixa de boletos vencidos há mais de 360 dias	(172.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	205.637
Aumento bruto da provisão para inadimplência	337.201
Recuperação da inadimplência	(110.558)
Efeito líquido da provisão	226.643
Baixa de boletos vencidos há mais de 360 dias	(227.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	205.062

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais (Nota 24), estava representada da seguinte forma:

	Consolidado	
	2017	2016
Efeito líquido da PCLD no resultado	226.643	205.615
Venda da carteira de clientes (i)	5.071	(62.673)
AVP - Venda da carteira	–	15.571
Baixa por perda - Venda da carteira	3.360	(247)
Outros	–	351
	235.074	158.617

(i) O valor de venda da carteira de clientes deve-se, principalmente, ao contrato firmado no final de 2016, de cessão de direitos de créditos da Companhia relativos a anos anteriores, integralmente baixados como perda em anos anteriores. Como resultado, a Companhia registrou uma recuperação de recebíveis de R$ 62.582, a serem recebidos em 36 meses a partir de janeiro de 2018 e, sobre esse montante, registrou o ajuste a valor presente de R$15.571. Em 31 de dezembro de 2017, essa transação mantém saldo a receber de R$61.882, ajuste a valor presente de R$9.868 e uma provisão para perda de R$ 5.071. O montante líquido de R$ 46.943 está registrado em outros ativos realizáveis a longo prazo em 31 de dezembro de 2017 (R$ 47.011 em 31 de dezembro de 2016).

5. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				–
Conta corrente	–	–	–	–
Seses	8.799	2.232	–	–
FATERN	220	3	–	–
Irep	5.020	163	–	–
Atual	967	4	–	–
Seama	229	4	–	–
São Luís	263	3	–	–
Estácio Ribeirão Preto (Uniseb, anteriormente)	103	–	–	–
Nova Academia, FAL, Editora, FARGS e Facitec	11	14	–	–
Sociedades controladas	15.612	2.423	–	–

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo circulante			–	–
Conta corrente	–	–	–	–
Seses	–	4.225	–	–
Irep	–	65	–	–
Atual	2	3	–	–
Nova Academia, FAL, FATERN e Seama	–	10	–	–
Sociedades controladas	2	4.303	–	–
Outras partes relacionadas (i)	–	–	–	633

(i) Em 12 de fevereiro de 2016 foi celebrado e pago contrato de mutuo no valor de R$1.000 a favor do ex-dirigente da Companhia, cujo a liquidação ocorreu em 05 de fevereiro de 2017 no valor total de R$1.234, incluindo encargos financeiros previstos em contrato.

Em 2017 não ocorreram despesas com empresas ligadas. Em 2016, a despesa com empresas ligadas reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	2016
Aluguéis, condomínios e IPTU (a) (b)	5.605
Outros serviços prestados (a)	34
Serviços gráficos educacionais e administrativos (b)	33
Serviços de áudio e imagem (b)	310
Comunicação de dados (a)	256
Outros (a) (b)	75
	6.313

(a) SEB Sistema Educacional Brasileiro Ltda.

A SEB Sistema Educacional Brasileiro possui como Sócio Administrador, o Sr. Chaim Zaher, e Sócia, a Sra. Thamila Cefali Zaher, os quais foram membros do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. até outubro de 2016, tendo ainda o Sr. Chaim Zaher ocupado a função de Diretor Presidente da Companhia entre 16 de junho e 05 de julho de 2016.

O objetivo do contrato é de gestão integral do polo de EAD da Estácio Ribeirão Preto nas cidades de Ribeirão Preto, Araçatuba, Brasília, São Jose do Rio Preto e São Paulo.

Montante envolvido é a média do repasse mensal dos contratos desde o início da vigência; repasse entre 10% e 30% dos cursos da modalidade semipresencial; graduação na modalidade totalmente à distância; pós-graduação na modalidade totalmente à distância; graduação flex; e cursos livres e de extensão.

Contrato de Compartilhamento de serviços da área administrativa.

O montante acima descrito consiste no valor a ser pago mensalmente no âmbito do Contrato.

Locação salas de aulas nas cidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Araçatuba para fins educacionais. O montante acima descrito consiste no valor mensal a ser pago mensalmente no âmbito do Contrato.

Contrato de sublocação parcial de imóvel, para fins educacionais.

O montante acima descrito consiste no valor mensal a ser pago mensalmente no âmbito do Contrato, o qual é equivalente a 50% do valor da locação principal.

(b) T4 LOG Consultoria e Digitalizações Ltda.

A T4 Log Consultoria e Digitalizações possui como Sócia Administradora, a Sra. Thamila Cefali Zaher, a qual foi membro do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. até outubro de 2016.

O objetivo do contrato é de prestação de serviço de arquivamento de documentos, prospecção de tecnologias de administração de documentos digitalizados e guarda de documentos físicos. Adicionalmente, prestação de serviço de arquivamento de documentos, prospecção de tecnologias de administração de documentos digitalizados e guarda de documentos físicos.

O montante acima descrito consiste no valor mensal a ser pago mensalmente no âmbito do Contrato.

6. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Seguros	25	215	1.326	1.709
Material didático (i)	–	–	2.273	15.784
Antecipação de férias e encargos	–	–	2.404	18.207
Taxa de credenciamento - MEC	–	–	2.507	2.926
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa	–	–	2.466	2.451
Outras despesas antecipadas	–	–	673	1.002
	25	215	11.649	42.079
Ativo circulante	25	215	6.544	36.390
Ativo não circulante	–	–	5.105	5.689
	25	215	11.649	42.079

(i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, no período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização, após sua efetiva entrega.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRRF	2.709	6.710	14.463	18.379
IRPJ/CSLL (i)	38.040	29.714	105.439	77.249
PIS	6	6	612	558
COFINS	25	25	2.196	1.952
ISS	3	77	42.659	39.718
INSS	–	–	6.333	8.265
OUTROS	106	106	666	666
	40.889	36.638	172.368	146.787
Ativo circulante	3.908	36.452	92.046	110.472
Ativo não circulante	36.981	186	80.322	36.315
	40.889	36.638	172.368	146.787

(i) Do montante apresentado, R$33.506 referem-se a adiantamentos de IRPJ/CSLL ocorrido durante 2017. Os demais valores representam os saldos negativos da Companhia que são utilizados para compensação de impostos da União e ajustados mensalmente pela taxa Selic.

8. Investimentos em controladas

(a) Controladora Estácio Participações S.A.

	2017		2016	
	Investimento	Perda com Investimento	Investimento	Perda com Investimento
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.017.888	–	1.138.505	–
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.043.362	–	1.105.514	–
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	3.505	–	17.497	–
Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("EDITORA")	–	(30)	–	(30)
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	53.377	–	43.504	–
	2.118.132	(30)	2.305.020	(30)

As informações das controladas estão representadas a seguir:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	2017 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	1.567.355	549.467	1.017.888	–	–	1.017.888	285.225
IREP	100%	499.979	1.344.206	363.286	980.920	62.442	–	1.043.362	228.625
NACP	100%	13.105	4.015	510	3.505	–	–	3.505	(1.324)
Editora (i)	100%	251	31	66	(35)	5	–	(30)	–
Uniseb Operacional	100%	23.837	118.661	63.054	55.607	–	(2.230)	53.377	37.804
			3.034.268	976.383	2.057.885	62.447	(2.230)	2.118.102	550.330

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	2016 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	1.547.810	409.305	1.138.505	–	–	1.138.505	203.868
IREP	100%	445.444	1.570.908	527.836	1.043.072	62.442	–	1.105.514	271.509
NACP	100%	13.105	5.374	1.895	3.479	14.018	–	17.497	(3.016)
Editora (i)	100%	251	31	66	(35)	5	–	(30)	–
Uniseb Operacional	100%	22.337	77.854	32.120	45.734	–	(2.230)	43.504	29.907
			3.201.977	971.222	2.230.755	76.465	(2.230)	2.304.990	502.268

(i) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante.

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	2.262.159
Equivalência patrimonial	502.268
Adiantamento para futuro aumento de capital	111.080
Complemento dividendos 2015	(573.482)
Opções outorgadas	1.505
Incentivos de longo prazo	1.490
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	2.305.020
Equivalência patrimonial	550.330
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.205
Opções outorgadas	7.458
Dividendos adicionais 2016	(350.000)
Dividendos 2017	(390.957)
Impairment (Goodwill)	(14.018)
Incentivos de longo prazo	94
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2017	2.118.132

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2017.

Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

(b) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	2017	2016
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	505.108	450.779
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	12.213	15.598
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	30.726	30.461
	548.047	496.838

As informações das controladas da IREP estão representadas a seguir:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	2017 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	34.186	634.005	144.400	489.605	15.503	505.108	73.978
FAL	100%	17.218	7.898	3.761	4.137	8.076	12.213	(3.534)
FATERN	100%	9.160	22.394	6.647	15.747	14.979	30.726	1.878
			664.297	154.808	509.489	38.558	548.047	72.322

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	2016 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	33.684	703.507	268.231	435.276	15.503	450.779	80.629
FAL	100%	14.018	10.681	3.159	7.522	8.076	15.598	(2.189)
FATERN	100%	9.160	24.834	9.352	15.482	14.979	30.461	3.701
			739.022	280.742	458.280	38.558	496.838	82.141

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta IREP em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	455.215
Equivalência patrimonial	82.141
Adiantamento para futuro aumento de capital	54.482
Complemento dividendos 2015	(95.000)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	496.838
Equivalência patrimonial	72.322
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.965
Dividendos 2017	(55.078)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2017	548.047

(c) Controlada Sociedade Atual da Amazônia ("ATUAL")

	2017	2016
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	2.584	3.244
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	3.054	4.202
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	50.948	46.958
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	19.328	18.880
Unisãoluis Educacional S.A ("SÃO LUIS")	79.419	63.654
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	42.687	38.426
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	6.680	7.102
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	85.780	83.153
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("Estácio Amazonas")	53.690	57.697
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	41.874	39.816
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	94.899	97.631
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	28.365	28.477
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	14.044	10.984
	523.352	500.224

As informações das controladas da ATUAL estão representadas a seguir:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	2017 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
UNIUOL	100%	4.626	2.377	749	1.628	956	–	2.584	(724)
IDEZ	100%	5.894	2.675	1.668	1.007	2.047	–	3.054	(1.417)
SEAMA	100%	3.232	45.593	12.680	32.913	18.035	–	50.948	9.183
FARGS	100%	7.181	15.430	4.157	11.273	8.055	–	19.328	719
SÃO LUIS	100%	220	91.761	39.710	52.051	27.368	–	79.419	41.274
FACITEC	100%	6.051	28.723	12.950	15.773	26.654	260	42.687	9.630
ASSESC	100%	3	4.560	2.603	1.957	4.723	–	6.680	(1.209)
IESAM	100%	2.400	68.322	22.957	45.365	26.797	13.617	85.780	9.868
Estácio Amazonas	100%	46.957	45.858	18.891	26.967	26.214	509	53.690	(3.383)
CEUT	100%	2.408	27.772	15.176	12.596	27.568	1.710	41.874	7.311
FNC	100%	20.928	31.136	16.196	14.940	72.046	7.913	94.899	7.612
FCAT	100%	100	15.166	10.993	4.173	20.121	4.072	28.365	1.382
FUFS	100%	2.905	8.821	2.475	6.346	6.255	1.443	14.044	(1.680)
			388.194	161.205	226.989	266.839	29.524	523.352	78.566

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	2016 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
UNIUOL	100%	3.066	3.220	968	2.252	956	36	3.244	(2.226)
IDEZ	100%	4.444	3.104	1.000	2.104	2.047	51	4.202	(794)
SEAMA	100%	3.232	36.999	8.118	28.881	18.035	42	46.958	10.375
FARGS	100%	4.881	14.167	3.398	10.769	8.055	56	18.880	1.579
SÃO LUIS	100%	220	105.185	69.338	35.847	27.369	438	63.654	51.899
FACITEC	100%	6.051	16.435	6.168	10.267	26.654	1.505	38.426	8.820
ASSESC	100%	3	3.773	1.557	2.216	4.723	163	7.102	25
IESAM	100%	2.400	64.860	23.031	41.829	26.797	14.527	83.153	13.555
Estácio Amazonas	100%	35.227	47.625	17.276	30.349	26.214	1.134	57.697	(1.601)
CEUT	100%	2.408	17.143	7.609	9.534	27.568	2.714	39.816	3.570
FNC	100%	20.928	18.554	5.884	12.670	72.046	12.915	97.631	7.860
FCAT	100%	100	8.279	6.336	1.943	20.120	6.414	28.477	(2.224)
FUFS	100%	150	3.864	1.568	2.296	6.255	2.433	10.984	(1.916)
			343.208	152.251	190.957	266.839	42.428	500.224	88.922

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta ATUAL em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	473.388
Equivalência patrimonial	88.922
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.732
Aquisição de controlada	4.872
Aquisição de fundo de comércio	3.774
Amortização de fundo de comércio	(20.464)
Complemento dividendos 2015	(82.000)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	500.224
Equivalência patrimonial	78.566
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.930
Amortização de fundo de comércio	(12.904)
Dividendos 2017	(53.464)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2017	523.352

9. Intangível

(a) Intangível - Controladora

Custo	2016 Custo	Adições	Transf.	2017 Custo
Ágio em aquisições de investimentos (i)	780.065	–	–	780.065
Direito de uso de *software*	99	–	–	99
Projeto Integração	212	–	–	212
Fundo

Estácio

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 08.807.432/0001-10

IBOVESPA Índice Brasil 50 IBRX 50 · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC · Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG · ESTC3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

continuação

	2015 Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	2016 Custo
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos	1.190.676	–	4.823	–	–	–	1.195.499
Direito de uso de *software*	189.336	11	47.052	(52)	–	(246)	236.101
EAD e Integração	17.859	–	439	–	–	–	18.298
CSC	1.940	–	288	–	–	–	2.228
Central de Ensino	66.507	–	5.616	–	–	–	72.123
Central de Relacionamento	2.348	–	–	–	–	–	2.348
Hemisférios	1.346	–	–	–	–	–	1.346
Arquitetura de TI	21.093	–	3.438	(5.357)	–	–	19.174
Conteúdo de disciplinas on line	7.208	–	395	–	–	–	7.603
Fábrica de conhecimento EAD	22.373	–	6.368	–	–	–	28.741
Fundo de Comércio	170.244	–	3.259	–	515	–	174.018
Outros	19.002	–	8.557	–	–	–	27.559
	1.709.932	11	80.235	(5.409)	515	(246)	1.785.038

	Taxas de amortização	Amortização	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Amortização
Amortização								
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)	–	–	–	–	–	(6.924)
Direito de uso de *software*	20% a.a.	(108.352)	–	(40.522)	52	–	14	(148.808)
EAD e Integração	20% a.a.	(14.234)	–	(1.366)	–	–	–	(15.600)
CSC	20% a.a.	(1.940)	–	–	–	–	–	(1.940)
Central de Ensino	5% a.a.	(13.563)	–	(3.027)	–	–	–	(16.590)
Central de Relacionamento	20% a.a.	(2.347)	–	(1)	–	–	–	(2.348)
Hemisférios	20% a.a.	(1.341)	–	(5)	–	–	–	(1.346)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(2.896)	–	(3.639)	1.352	–	–	(5.183)
Conteúdo de disciplinas on line	20% a.a.	(3.450)	–	(1.450)	–	–	–	(4.900)
Fábrica de conhecimento EAD	5% a.a.	(1.855)	–	(1.188)	–	–	–	(3.043)
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(61.425)	–	(40.210)	–	(515)	–	(102.150)
Outros	20% a.a.	(2.927)	–	(3.787)	–	–	–	(6.714)
		(221.254)		(95.195)	1.404	(515)	14	(315.546)
Saldo residual líquido		1.488.678	11	(14.960)	(4.005)	–	(232)	1.469.492

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

Ágio em aquisições de investimentos líquido de	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
IREP			89.090	89.090
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
Iesam			26.797	26.797
Estácio Amazonas			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS (Nota 1.5)			6.255	6.255
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Nova Academia				14.018
Estácio Editora			5	5
Uniseb	9.371	9.371	9.371	9.371
Uniseb Holding	770.694	770.694	770.694	770.694
	780.065	780.065	1.174.557	1.188.575

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,3% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 o ágio registrado na aquisição da Nova Academia no montante de R$ 14.018 foi baixado como consequência do teste de *impairment* realizado.

10. Imobilizado
Imobilizado - Consolidado

	2016 Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	2017 Custo
Custo						
Terrenos	19.295	–		–	–	19.295
Edificações	192.768	2.624	(6)	13.351	–	208.737
Benfeitorias em imóveis de terceiros	261.753	16.120	(47.990)	18.875	–	248.758
Móveis e utensílios	98.311	8.203	(10.224)	(6)	33	96.317
Computadores e periféricos	149.266	12.214	(7.516)	444	–	154.408
Máquinas e equipamentos	129.049	9.139	(21.051)	–	–	117.137
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	44.483	5.749	(1.949)	–	–	48.283
Biblioteca	141.601	19.140	(1.661)	–	1	159.081
Instalações	52.796	3.653	(4.834)	–	–	51.615
Tablets	46.755		(8.337)	(444)	–	37.974
Construções em andamento	18.935	20.238	(190)	(32.324)	–	6.659
Desmobilização	22.312	1.062	(1.178)	–	–	22.196
Outros	11.075	935	(1.279)	–	–	10.731
Total	**1.188.399**	**99.077**	**(106.215)**	**(104)**	**34**	**1.181.191**

	Taxas de depreciação	2016 Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	2017 Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(52.171)	(3.556)	3	(3.822)	–	(59.546)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(143.234)	(32.927)	38.036	3.926	–	(134.199)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(56.042)	(8.239)	9.895	–	(2)	(54.388)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(107.394)	(18.337)	7.652	(269)	–	(118.348)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(61.123)	(16.820)	19.144	–	–	(58.799)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(18.793)	(2.920)	1.973	–	–	(19.740)
Biblioteca	5% a.a.	(63.935)	(6.767)	1.641	–	–	(69.061)
Instalações	8,33% a.a.	(15.849)	(4.591)	2.207	–	–	(18.233)
Tablets	20% a.a.	(27.891)	(8.174)	8.327	269	–	(27.469)
Desmobilização		(15.277)	2.146	927	–	–	(12.204)
Outros	14,44% a.a.	(6.630)	(925)	767	–	–	(6.788)
Total		**(568.339)**	**(101.110)**	**90.572**	**104**	**(2)**	**(578.775)**
Saldo residual líquido		**620.060**	**(2.033)**	**(15.643)**		**32**	**602.416**

	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Depreciação
Depreciação								
Edificações	1,67% a.a.	(49.794)	(7)	(2.521)	151	–	–	(52.171)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(118.886)		(24.348)	–	–	–	(143.234)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(51.546)	(18)	(9.087)	4.600	–	9	(56.042)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(109.376)	(13)	(17.732)	19.728	–	(1)	(107.394)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(66.129)	(18)	(15.869)	20.893	–	–	(61.123)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(18.516)	(16)	(2.526)	2.265	–	–	(18.793)
Biblioteca	5% a.a.	(59.351)	(17)	(5.793)	1.240	–	(14)	(63.935)
Instalações	8,33% a.a.	(12.331)	(7)	(3.505)	3	–	(9)	(15.849)
Tablets	20% a.a.	(18.731)		(9.294)	133	–	1	(27.891)
Desmobilização		(10.550)		(5.131)	404	–	–	(15.277)
Outros	14,44% a.a.	(6.445)		(885)	866	–	(166)	(6.630)
		(521.655)	(96)	(96.691)	50.283	–	(180)	(568.339)
Saldo residual líquido		535.920	758	100.678	(17.528)	–	232	620.060

	2015 Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	2016 Custo
Custo							
Terrenos	19.373	–		(78)	–	–	19.295
Edificações	135.010	148	51.867	(202)	5.945	–	192.768
Benfeitorias em imóveis de terceiros	217.109	–	6.394		38.250	–	261.753
Móveis e utensílios	97.042	158	7.848	(6.732)	–	(5)	98.311
Computadores e periféricos	156.778	54	10.854	(18.792)	–	372	149.266
Máquinas e equipamentos	101.303	153	58.067	(30.120)	–	(354)	129.049
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	48.201	141	2.512	(6.371)	–	–	44.483
Biblioteca	138.397	142	6.287	(3.305)	–	80	141.601
Instalações	42.025	58	10.542			171	52.796
Tablets	47.019	–	16	(262)	–	(18)	46.755
Construções em andamento	31.575	–	31.555		(44.195)	–	18.935
Desmobilização	11.627	–	11.089	(404)	–	–	22.312
Outros	12.116	–	338	(1.545)	–	166	11.075
	1.057.575	854	197.369	(67.811)		412	1.188.399

Determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	2016 Custo	Adições	Baixas	2017 Custo
Custo				
Arrendamentos financeiros capitalizados	121.008	3.238	(41.704)	82.542
	121.008	3.238	(41.704)	82.542

	Taxa de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação					
Arrendamentos financeiros capitalizados	25% a.a.	(57.523)	(25.447)	39.503	(43.467)
		(57.523)	(25.447)	39.503	(43.467)
Saldo contábil líquido		63.485	(22.209)	(2.201)	39.075

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "*impairment*"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2017 de 2016 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Em moeda nacional					
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.			22.167	34.488
Contratos de arrendamento mercantil Assist	INPC a.a.			2.036	3.474
Contratos de arrendamento mercantil Total Service	IGPI-DI/FGV a.a.			18	38
Contratos de arrendamento mercantil Springer	IGPM + 1% a.a.			42	42
Contratos de arrendamento mercantil Bayde	IGPI-DI/FGV a.a.			720	313
Contratos de arrendamento mercantil Bradesco	1,14% a.m. CDI Over a.d + 2%				15
Leasing IBM	a.m.			13.696	29.885
Empréstimo IFC	CDI +1,53% a.a.	30.764	40.576	30.764	40.576
Custos de captação IFC		(1.220)	(7.414)	(1.220)	(7.414)
Segunda emissão de debêntures	CDI + 1,18% a.a.	244.053	308.853	244.053	308.853
Terceira emissão de debêntures	112% do CDI a.a .		194.259		194.259
Quarta emissão de debêntures	CDI +1,50% a.a.	100.421	100.853	100.421	100.853
Custos de captação de debêntures		(1.278)	(2.023)	(1.278)	(2.023)
Empréstimo FNE BNB	3% a.a.				448
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a.			9.227	10.948
Empréstimo FINEP	6% a.a.	4.248	3.093	4.248	3.093
Notas promissórias Itaú (1º Tranche)	CDI+1,50% a.a.		178.935		178.935
Notas promissórias Itaú (2º Tranche)	CDI+1,65% a.a.	142.854	127.840	142.854	127.840
Custos de captação de notas promissórias		(427)	(2.090)	(427)	(2.090)
		519.415	942.882	567.321	1.022.533
Passivo circulante		326.072	444.592	349.274	468.114
Passivo não circulante		193.343	498.290	218.047	554.419
		519.415	942.882	567.321	1.022.533

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
2018		305.990	–	307.882
2019	178.993	178.748	195.997	223.620
2020	9.431	9.275	11.468	11.314
2021	3.109	2.951	7.538	9.132
2022	587	430	1.347	1.103
2023	587	430	903	745
2024	587	430	745	587
2025	49	36	49	36
Passivo não circulante	193.343	498.290	218.047	554.419

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos pelos ativos subjacentes.

Os recursos captados por meio das emissões de debêntures estão sendo utilizados para reforço de caixa da Companhia e para fazer frente à política de expansão e investimentos.

Os valores dos empréstimos do Grupo são predominantemente em reais.

Em março de 2016 a Companhia assinou um contrato de empréstimo junto ao *International Finance Corporation* (IFC), no valor correspondente em moeda nacional de US$ 100 milhões, que poderia ser utilizado em até 12 meses. Não houve saque referente a este empréstimo e a linha de crédito foi cancelada.

Em novembro de 2016, a Companhia liquidou a primeira emissão de debêntures no valor total de R$ 200 milhões. Tais debêntures foram lançadas em novembro de 2011 e tinham como principais credores o Banco do Brasil S/A e o Itaú Unibanco S.A.

Em novembro de 2016, a Companhia concluiu sua primeira emissão de notas promissórias no valor total de R$ 300 milhões divididos em 2 tranches com vencimento de 1 e 2 anos, sendo a primeira tranche no valor de R$ 175 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50% a.a. e a segunda tranche no valor de R$ 125 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,65% a.a.

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu sua quarta emissão de debêntures no valor de R$ 100 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50% a.a.. Tal emissão foi realizada sob a instrução CVM 476 e adquirida em sua totalidade pelo Itaú Unibanco S.A.

Em abril de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de empréstimo junto ao Banco do Nordeste (BNB) no valor financiado de R$ 4,1 milhões financiado deste o início do contrato em 2013. O valor da liquidação executada em abril de 2017 foi de R$ 225.

Em setembro de 2017, a Companhia finalizou o pagamento da 3ª emissão de debêntures (ESTC13) emitida em setembro de 2015 no valor de R$ 187 milhões.

Em novembro de 2017, a Companhia liquidou a primeira de duas tranches da emissão de Notas Promissórias realizada em novembro de 2016. Sendo essa tranche no valor de R$ 175 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50% a.a. O valor da liquidação executada em novembro de 2017 foi de R$ 187 milhões.

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

12. Salários e encargos sociais

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Salários, verbas indenizatórias e encargos sociais a pagar	352	268	120.652	107.874
Provisão de férias	–	–	37.988	47.359
	352	268	158.640	155.233

13. Obrigações tributárias

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
ISS a recolher	5	5	15.300	12.208
IRRF a recolher	95	63	13.589	17.121
PIS e COFINS a recolher	72	146	3.703	2.680
IOF a recolher	–	–	64	384
	172	214	32.656	32.393
IRPJ a recolher	–	–	31.111	22.482
CSLL a recolher	–	1	13.027	8.907
	–	1	44.138	31.389
	172	215	76.794	63.782

14. Parcelamentos de tributos

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
IRPJ	1.067	1.295
CSLL	120	254
FGTS	1.457	1.428
ISS	3.332	3.580
PIS	113	193
COFINS	893	1.202
INSS	7.430	7.466
OUTROS	184	490
	14.596	15.908
Passivo circulante	4.295	3.128
Passivo não circulante	10.301	12.780
	14.596	15.908

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela Selic.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos a longo prazo estão apresentados abaixo:

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
2017	–	629
2018	171	2.215
2019	1.934	1.905
2020 a 2029	8.196	8.031
	10.301	12.780

15. Preço de aquisição a pagar

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
FACITEC	2.922	5.601
SÃO LUIS	8.588	18.416
IESAM	13.021	15.064
Estácio Amazonas	2.728	5.490
CEUT	4.660	6.127
FNC	26.102	32.923
FCAT	2.897	4.222
FUFS	3.180	3.098
	64.098	90.941
Aquisição de imóveis (i)	23.000	35.000
	87.098	125.941
Passivo circulante	57.109	53.565
Passivo não circulante	29.989	72.376
	87.098	125.941

(i) Saldo referente ao compromisso firmado entre IREP e União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC, referente a diversos imóveis, localizados na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas e imóveis, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IGP-M ou variação do CDI, a depender do contrato.

A tabela a seguir analisa o preço por aquisição a pagar do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Consolidado 2018	2019	2020 a 2022	Total
Em 31 de dezembro de 2017				
FACITEC	2.922	–	–	2.922
SÃO LUIS	8.588	–	–	8.588
IESAM	2.480	10.541	–	13.021
Estácio Amazonas	2.604	124	–	2.728
CEUT	3.016	1.644	–	4.660
FNC	13.051	13.051	–	26.102
FCAT	1.448	1.449	–	2.897
FUFS	–	–	3.180	3.180
Aquisição de imóveis	23.000	–	–	23.000
	57.109	26.809	3.180	87.098

16. Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado 2017 Contingências	2017 Depósitos judiciais	2016 Contingências	2016 Depósitos judiciais
Cíveis	15.147	14.572	16.833	14.425
Trabalhistas	62.712	73.155	39.292	91.302
Tributárias	8.425	15.081	8.755	13.764
	86.284	102.808	64.880	119.491

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de R$ 172 é referente à contingência tributária da controladora.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.253	24.475	6.329	33.057
Adições	26.745	156.855	3.212	186.812
Reversões	(11.538)	(65.004)	(786)	(77.328)
Baixas por pagamentos	(627)	(77.034)	–	(77.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16.833	39.292	8.755	64.880
Adições	24.613	112.900	1.097	138.610
Reversões	(6.016)	(23.596)	(774)	(30.386)
Baixas por pagamentos	(18.955)	(55.298)	(653)	(74.906)
Atualização monetária das baixas	(1.328)	(10.586)		(11.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.147	62.712	8.425	86.284

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	2017	2016
Composição resultado		
Adições	138.610	186.812
Reversões	(30.386)	(77.328)
Provisão para contingências	108.224	109.484
Custo de serviços prestados	(96.310)	(61.883)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(96.310)	(45.611)
Resultado financeiro (Nota 26)	(11.914)	(1.990)
	(108.224)	(109.484)

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, assim como algumas ações envolvendo direito imobiliário.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Cobrança indevida	2.525
Imobiliário	5.146
Emissão de certificado de conclusão / diploma e colação de grau	847
Reconhecimento e cancelamento de curso / matrícula	2.263
FIES	715
Prouni	140
Honorários de êxito	1.491
Outros (i)	2.020
	15.147

(i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso prévio	32.392
Horas extras + supressão inter + intrajornada	6.996
Dano moral / material / assédio moral	776
Cota previdenciária	4.897
Honorários	1.488
Desvio de função e equiparação	4.754
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT E CCT / ACT)	556
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	606
Férias	621
Honorários de êxito	1.713
Outros (i)	7.913
	62.712

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

(c) Tributárias

As demandas tributárias versam principalmente sobre imunidade tributária, escalonamento de contribuições previdenciárias decorrentes da Lei nº 11.096/05, exclusão das bolsas de estudo da base de cálculo do ISS e multas por supostos descumprimentos de obrigações acessórias (regimes especiais de escrituração contábil).

As provisões constituídas para processos de natureza tributária decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
ISS	99
Multa previdenciária	7
Honorários de êxito	8.319
	8.425

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Essas ações classificadas como perda possível não são passíveis de constituição de provisão conforme práticas contábeis em vigor.

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Cíveis	158.010	165.518
Trabalhistas	136.266	121.726
Tributárias	446.740	465.220
	741.016	752.464

As principais ações classificadas como possíveis podem ser agrupadas da seguinte forma:

Objetos Cíveis	Valores
Cobrança Indevida	44.652
Imobiliário	36.494
Fies	25.428
Matrícula	10.477
Emissão de Certificado de Conclusão/Diploma e Colação de Grau	9.690
Multa Procon	4.435
PROUNI	2.082
Reconhecimento e Cancelamento de Curso	1.875
Acesso ao Sistema	1.080
Outros	21.797
	158.010

(i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

Objetos Trabalhistas	Valores
Diferenças Salariais e Rescisórias + Redução de Carga Horária + FGTS + aviso	47.919
Horas Extras + Supressão Inter + Intra	34.632
Cota Previdenciária	11.773
Desvio de Função e Equiparação	10.364
Dano Moral/Material/Assédio Moral	8.827
Multas (art. 467 clt, art. 477 CLT e CCT/ACT)	3.485
Honorários	3.460
Adicionais (Insalubridade/Noturno/Aprimoramento/Tempo de Serviço/Periculosidade)	2.007
Retificação CTPS + Rescisão Indireta + Reconhecimento Vínculo	1.559
Férias	1.140
Estabilidade	331
Outros (i)	10.729
	136.226

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Objetos Tributários	Valores
CONTR. PREVIDENCIÁRIAS / FGTS	258.830
ISS	164.877
PROUNI / PIS / COFINS	6.800
IRPJ / CSLL / IRRF	6.732
IPTU / FORO / IPVA	4.982
MULTAS DIVERSAS	2.099
ARROLAMENTO DE BENS / CND / CEBAS	1.118
ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA	989
TAXAS / TARIFA DE ESGOTO	14
OUTROS	299
	446.740

A seguir resumimos a posição das principais ações classificadas como risco de perda possível:

Contribuição previdenciária:

(i) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei Nº 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais se encontram pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R$ 117.956. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

(ii) Autos de infração em função do suposto descumprimento de obrigação tributária principal referente ao período de 02/2007 a 12/2007. A empresa interpôs recurso requerendo a anulação dos autos de infração ante a sua manifesta improcedência, o qual foi julgado parcialmente procedente, para considerar o percentual das contribuições patronais à razão de 20%, a partir do mês em que a Empresa migrou do regime econômico de entidade beneficente para sociedade empresária. Em 28 de julho de 2017, a Empresa recebeu a intimação formal do resultado de julgamento e, em 04 de dezembro de 2017, ajuizou a ação anulatória nº 0218718-96.2017.4.02.5101 para questionamento dos débitos remanescentes. A tutela provisória pleiteada nestes autos foi deferida e aguarda-se julgamento do mérito em 1ª instância. O valor total envolvido é de R$ 14.238. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

(iii) A Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foi interposto Recurso Voluntário em 27 de setembro de 2012. Em 20.09.2016, os autos foram distribuídos para o Conselheiro Carlos Alberto do Amaral Azerado. No momento, aguarda-se nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. O valor total envolvido é de R$ 119.481. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

ISS - Imposto sobre serviços:

(i) Em razão da Execução Fiscal distribuída pelo Município de Niterói, decorrente de lavratura de auto de infração, ocorrida em 29 de setembro de 2009, cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 e janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foram apresentados os nossos embargos à execução em 16 de setembro de 2013, os quais estão pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R$ 32.924. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

(ii) O Município do Rio de Janeiro lavrou auto de infração contra a SESES por entender que as bolsas de estudos não poderiam ser deduzidas da base de cálculo do ISS. A autuação abrangeu o período de agosto de 2009 a julho de 2010, cuja impugnação foi apresentada em 12 de abril de 2012. Em 12 de junho de 2012, os autos foram remetidos à Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributário. Em 1º de abril de 2014, a SESES tomou ciência da decisão que julgou improcedente a impugnação apresentada

continuação

(b) Movimentação das ações do capital
Não houve movimentação nas ações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
(c) Ações em tesouraria
Em Reunião do Conselho de Administração no dia 29 de junho de 2017, foi aprovado, o 5º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 15.894.821 ações ordinárias equivalente a 5,00% do capital social. Para esse programa o prazo máximo de aquisição das referidas ações é de 359 dias, encerrando-se em 28 de junho de 2018. Até o fechamento do 31 de dezembro de 2017 nenhuma ação foi adquirida no referido programa.

	Quantidade	Custo médio	Saldo
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2016	9.498.058	15,42	146.430
Pagamento de opções outorgadas com ações em tesouraria	(1.036.291)	15,42	(15.976)
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017	8.461.767	15,42	130.454

(d) Reservas de capital
(d.1) Ágio na subscrição de ações
A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.
O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é composto da seguinte forma:

	Controladora	
	2017	2016
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	498.899	498.899
	595.464	595.464

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial.
O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	2017
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	522.204
Ágio na emissão de ações	498.899

(d.2) Opções de outorgas e Incentivo de longo prazo
A Companhia constituiu a reserva de capital para opções de ações outorgadas e incentivos de longo prazo, conforme mencionado na Nota 20. Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
(d.3) Deságio na alienação de ações em tesouraria
O deságio na alienação de ações em tesouraria refere-se à diferença entre o preço da aquisição que a Companhia pagou pelas ações e o valor de alienação pela utilização das ações para pagamento do programa de opções outorgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
O deságio com alienação das ações em tesouraria está representado da seguinte forma:

	2017
Valor de alienação de 1.036.291 ações	15.976
Valor pago pelas 1.036.291 ações	(11.282)
Deságio na alienação de ações em tesouraria	4.694

(e) Reservas de lucros
(e.1) Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.
(e.2) Reserva de retenção de lucros
Em 31 de dezembro de 2017, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R$ 302.520 a "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos" referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorais em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros será submetida à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18 de abril de 2018.
(e.3) Excesso de reserva de lucros
De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembléia geral realizada em 27 de abril de 2016 a administração aprovou o aumento de capital de R$ 55.330. Com relação as demonstrações financeiras de 2017, será apreciado pelo Conselho de Administração, a se realizar em 15 de março de 2018, novo aumento de capital no montante de R$8.946.
(f) Dividendos
O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.
No ano de 2016, foi pago o montante total de dividendos intermediarios de R$ 420 milhões, estabelecido no Protocolo e Justificação da possível incorporação das ações de emissão da Companhia pela Kroton Educacional S.A., aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Estácio em 15 de agosto de 2016. Em 2017 o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE decidiu pela não aprovação da aquisição da Companhia pela Kroton Educacional S.A, conforme Nota 1.1.
Nos termos do Ofício 198/2016-DRE, de 12 de maio de 2016, da BM&FBOVESPA, farão jus aos dividendos intermediários declarados conforme acima descrito, as pessoas que estiverem inscritas como acionista da Companhia em 21 de dezembro de 2016. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 22 de dezembro de 2016.
Em 2017, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016 no montante de R$ 87.424.
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício da controladora	424.590	368.102
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(21.230)	(18.405)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	403.360	349.697
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	100.840	87.424
Quantidade de ações em 31 de dezembro	317.896.418	317.896.418
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(8.461.767)	(9.498.058)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,32588	0,28348

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros
Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.
(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários
Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.
(b) Empréstimos e financiamentos
São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.
(c) Contas a receber
São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.
(d) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.
(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos
Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
18.1. Fatores de riscos financeiros
Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:
(a) Risco de crédito
Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.
O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.
O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no reingresso do próximo semestre letivo.
Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agência de crédito Standard & Poor's, Fitch ou Moody's. Para caso de dois ou mais ratings, será considerado o rating da maioria. Em casos de rating distintos, a Cia utiliza o maior rating como base.
(b) Risco de taxa de juros
O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.
(c) Risco de taxa de câmbio
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possui posição em moeda estrangeira.
(d) Risco de liquidez
O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016.
A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.
A Companhia vem implementando medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido da controladora, tais como: o controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários, para obter o equilíbrio econômico financeiro no curto e médio prazo.

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	70.923	–	–	–
Empréstimos	327.952	193.357	20.652	1.850
Obrigações com arrendamento financeiro	21.322	15.247	2.889	–
Preço de aquisição a pagar	57.109	28.486	3.361	–
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	66.138	–	–	–
Empréstimos	446.778	393.757	221.138	2.879
Obrigações com arrendamento financeiro	21.336	11	42.834	4.058
Preço de aquisição a pagar	53.565	48.101	33.432	–
Partes relacionadas	633	–	–	–

(e) Análise de sensibilidade
A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.
Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 de 2016 se aproximam dos valores de mercado.
Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).
A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.
Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.
As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.
Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2017 (6,89% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.
Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

			Cenário elevação do CDI	
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	6,89%	8,61%	10,34%
R$ 510.450		35.170	43.963	52.755
Debêntures II	CDI+1,18	8,15%	9,89%	11,64%
R$ 244.053		(19.893)	(24.147)	(28.400)
Debêntures IV	CDI+1,50	8,49%	10,24%	11,99%
R$ 100.421		(8.529)	(10.285)	(12.041)
IFC I	CDI+1,53	8,53%	10,27%	12,02%
R$ 19.613		(1.672)	(2.015)	(2.358)
IFC II	CDI+1,69	8,70%	10,45%	12,20%
R$ 11.151		(970)	(1.165)	(1.360)
NPs (2º Tranche)	CDI+1,65	8,65%	10,40%	12,16%
R$ 142.854		(12.362)	(14.863)	(17.365)
Posição líquida		(8.256)	(8.512)	(8.769)

			Cenário queda do CDI	
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	6,89%	5,17%	3,45%
R$ 510.450		35.170	26.738	17.585
Debêntures II	CDI+1,18	8,15%	6,41%	4,67%
R$ 244.053		(19.893)	(15.640)	(11.387)
Debêntures IV	CDI+1,50	8,49%	6,75%	5,00%
R$ 100.421		(8.529)	(6.773)	(5.018)
IFC I	CDI+1,53	8,53%	6,78%	5,03%
R$ 19.613		(1.672)	(1.329)	(986)
IFC II	CDI+1,69	8,70%	6,94%	5,19%
R$ 11.151		(970)	(774)	(579)
NPs (2º Tranche)	CDI+1,65	8,65%	6,90%	5,15%
R$ 142.854		(12.362)	(9.861)	(7.360)
Posição líquida		(8.256)	(7.639)	(7.745)

(f) Gestão de Capital
A dívida da Companhia para relação do capital ao final do período é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	2017	2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	567.321	1.022.533
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.996)	(58.340)
Dívida líquida	553.325	964.193
Patrimônio líquido	2.777.257	2.434.673
Dívida líquida sobre patrimônio	0,20	0,40

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.
Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).
O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.
(h) Compensação de instrumentos financeiros
Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.
19 .Cobertura de seguros (não auditado)
A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.
A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2017	2016
Responsabilidade civil dos diretores	150.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	–	57.486
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	–	5.000
Equipamento eletrônico	–	5.000
Demais ramos	–	31.810
Seguro patrimonial (i)	68.386	–
Vida em grupo	487.026	467.701

(I) Corresponde a prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matérias-primas.
20. Remuneração dos administradores
(a) Remuneração
De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) da Companhia.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R$ 21.988 e R$ 29.026, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas.
A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).
(b) Plano de opção de compra de ações
Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").
O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.
Com o encerramento do 1º e 2º Programas, em 20 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.
A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de *Black and Scholes*.
Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie.
Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 15,12 (quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 25 de abril de 2017 com o encerramento do 10º Programa foi aprovada a criação do 11º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 14,18 (quatorze reais e dezoito centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 25 de abril de 2017, até a data do efetivo exercício da opção.
Em 31 de dezembro de 2017 o capital está dividido em 317.896.418 ações ordinárias nominativas.
Em 31 de dezembro de 2017 o número de opções outorgadas que foram exercidas foi de 11.593.133 ações (R$ 90.696), sendo o total de ações outorgadas de 18.172.302 ações (R$ 175.006).

Programas	Outorgadas	Opçoes Prescritas	Emitidas	Saldo de Ações
1P	11.910.909	5.067.255	6.374.115	
2P	1.411.563	798.438	481.290	
3P	1.805.373	451.929	1.269.316	21.181
4P	2.736.000	696.000	1.953.377	67.200
5P	720.000	348.000	232.606	21.000
6P	5.090.000	2.225.000	499.083	662.129
7P	889.000	347.800	29.206	339.495
8P	983.000	284.400	256.640	401.544
9P	1.300.000	300.000	410.000	590.000
10P	1.105.779	118.000	87.500	888.279
11P	991.010	133.510		857.500
Total Geral	**28.942.634**	**10.770.332**	**11.593.133**	**3.848.328**

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	Ações exercidas
31 de dezembro de 2015	9.305.555
31 de março de 2016	9.305.555
30 de junho de 2016	9.838.941
30 de setembro de 2016	10.556.842
31 de dezembro de 2016	10.556.842
31 de março de 2017	10.556.842
30 de junho de 2017	11.375.594
30 de setembro de 2017	11.375.594
31 de dezembro de 2017	11.593.133

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Black-Scholes* são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base*	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R$ 2,36	R$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.668	509.100
Programa 1P jul/08	15/04/2010	15/04/2020	R$ 3,15	R$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	538.176
Programa 1P jul/08	15/04/2011	15/04/2021	R$ 3,69	R$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2012	14/04/2022	R$ 4,37	R$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2013	14/04/2023	R$ 3,71	R$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2009	11/07/2018	R$ 2,35	R$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	9	60.000	30.000
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2010	11/07/2018	R$ 3,14	R$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	8	60.000	30.000
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R$ 0,47	R$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.645	0
Programa 1P set/08	15/04/2010	15/02/2020	R$ 1,12	R$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	9	663.633	399.999
Programa 1P set/08	15/04/2011	15/04/2021	R$ 1,55	R$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2012	14/04/2022	R$ 1,78	R$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2013	14/04/2023	R$ 2,08	R$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R$ 0,57	R$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.915	18.180
Programa 1P jan/09	15/04/2011	15/04/2021	R$ 1,21	R$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2012	15/04/2022	R$ 1,62	R$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2013	15/04/2023	R$ 1,92	R$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2014	15/04/2024	R$ 2,11	R$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2010	13/01/2019	R$ 0,57	R$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	8	1.363.635	0
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2011	13/01/2019	R$ 1,21	R$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	7	1.363.635	0
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R$ 1,78	R$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.582	0
Programa 1P set/09	15/04/2011	15/02/2021	R$ 2,51	R$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	9	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2012	14/04/2022	R$ 3,00	R$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2013	14/04/2023	R$ 3,40	R$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2014	14/04/2024	R$ 3,62	R$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R$ 2,96	R$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.112	10.914
Programa 1P jan/10	14/04/2012	14/04/2022	R$ 3,78	R$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2013	14/04/2023	R$ 4,34	R$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2014	14/04/2024	R$ 4,76	R$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P jan/10	14/04/2015	14/04/2025	R$ 5,03	R$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R$ 2,43	R$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2012	14/04/2022	R$ 3,23	R$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2013	14/04/2023	R$ 3,77	R$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2014	14/04/2024	R$ 4,18	R$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2015	14/04/2025	R$ 4,43	R$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 2P mai/10	15/04/2011	15/04/2021	R$ 2,52	R$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	0
Programa 2P mai/10	15/04/2012	15/04/2015	R$ 2,52	R$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	3	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2013	14/04/2023	R$ 2,52	R$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2014	14/04/2024	R$ 2,52	R$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2015	14/04/2025	R$ 2,52	R$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R$ 1,37	R$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.702	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2012	14/04/2022	R$ 2,19	R$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2013	14/04/2023	R$ 2,72	R$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2014	14/04/2024	R$ 3,12	R$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2015	14/04/2025	R$ 3,36	R$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	60.936
Programa 2P nov/10 Cons.	15/04/2011	03/11/2020	R$ 2,48	R$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	9	30.000	0
Programa 2P nov/10 Cons.	14/04/2012	03/11/2020	R$ 3,34	R$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R$ 1,99	R$ 10,31

continuação

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10 (R1), os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece trimestralmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, em despesas gerais e administrativas na rubrica pessoal e encargos sociais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida R$ 7.458 (R$ 1.505 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). O valor da provisão em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 72.907 (R$ 65.449 em 31 de dezembro de 2016).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	2017		2016 (Reapresentado)	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	10,73	1.131.355	13,73	921.660
Transferência sócios	–	–	–	–
Concedidas	11,14	0,00	15,82	748.013
Exercidas	13,65	9.664	10,03	222.852
Abandonadas	0,00	0,00	–	–
	8,22	1.121.691	19,52	1.446.821

Conselho de administração

	2017		2016 (Reapresentado)	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	10,25	965.779	8	188.130
Concedidas	–	–	–	–
Exercidas	9,70	25.000	–	–
Decaídas (i)	0,00	0,00	8	188.130
	0,55	940.779	–	–

(i) No 2º trimestre de 2016, com o fim do mandato do conselho, as opções não exercidas foram decaídas.

(c) Programa especial de incentivo de longo prazo

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP", aprovado na RCA de 28 de Janeiro de 2014 e ratificado pela AGO/E de 30 de abril de 2014, foi criado com o intuito de aperfeiçoar as práticas de Governança Corporativa da Estácio, bem como fortalecer os incentivos para a permanência e estabilidade de longo prazo dos Diretores Estatutários, dentro do contexto de uma Companhia Aberta com controle acionário pulverizado.

O Programa tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações, podendo ser liquidado em dinheiro ou em ações, sendo decisão da entidade a forma de liquidação. Atualmente a Estácio estima liquidar através das ações mantidas em tesouraria.

Em 05 de fevereiro de 2015, a Companhia recebeu deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do oficio CVM/SEP/GEA-2/Nº034/2014, sobre consulta protocolada em 25 de agosto de 2014, na qual solicitou autorização para utilização de ações em tesouraria no programa de remuneração de longo prazo (ILP).

A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, com vencimentos em 30 de abril de 2015, 30 de abril de 2016, 30 de abril de 2017 e 30 de abril de 2018, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações (sendo tal quantidade denominada "Ações de Referência") pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os beneficiários conjuntamente considerados será de 994.080 ações.

Cabe ressaltar que o pagamento de cada parcela anual de remuneração devida nos termos do Programa está condicionado à deliberação e aprovação pelos acionistas da Estácio, reunidos em assembleia geral ordinária no respectivo exercício social, como parte integrante da remuneração global fixada para a administração da Estácio.

Adicionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, uma ou mais parcelas de remuneração previstas, podem ser pagas mediante a entrega de ações que a Companhia mantenha em tesouraria, desde que em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Em 20 de maio de 2016 foi realizado o pagamento do programa de Incentivo de Longo Prazo de 236.520 ações (R$ 3.692) liquidado com ações mantidas em tesouraria.

A Companhia reconhece trimestralmente o incentivo de longo prazo, como reserva de capital com contrapartida no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido R$ 94 (R$ 1.490 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). O valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 304 (R$ 210 em 31 de dezembro de 2016).

21. Resultado por ações

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ações - básico

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	424.590	368.102
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	308.875	317.229
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	1,37464	1,16037

(b) Resultado por ações - diluído

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	424.590	368.102
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	308.875	317.229
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	964	230
Média ponderada ajustada de ações em circulação	309.839	317.459
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	1,37036	1,15953

22. Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta presencial	4.722.732	4.274.440
Receita bruta EAD	688.014	529.699
	5.410.746	4.804.139
Deduções da receita bruta	(2.031.767)	(1.619.634)
Gratuidades - bolsas de estudo	(1.727.568)	(1.349.400)
Devolução de mensalidades e taxas	(7.910)	(7.434)
Descontos concedidos	(17.604)	(22.289)
Impostos	(152.425)	(133.469)
Ajuste a valor presente - PAR (Nota 4)	(11.195)	–
FGEDUC	(69.086)	(87.382)
Outros (i)	(45.979)	(19.660)
	3.378.979	3.184.505

(i) Refere-se ao repasse para os parceiros dos polos EAD.

23. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Pessoal e encargos sociais	(1.312.676)	(1.273.064)
Provisão para contingência trabalhista (i)	(1.312.676)	(61.883)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(41.866)	(46.441)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(250.601)	(245.166)
Correios e Malotes	(2.717)	(2.011)
Depreciação e amortização	(96.752)	(93.209)
Material didático	(10.760)	(29.450)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(61.741)	(57.818)
	(1.777.113)	(1.809.042)

(i) A partir de 2017, os gastos com acordos trabalhistas estão sendo alocados na despesa de provisão para contingências (nota 24).

As despesas com pessoal e encargos sociais incluem aproximadamente R$ 122.324 em 2017 (R$ 25.870 em 2016) relativo a verbas indenizatórias por rescisões contratuais.

24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas comerciais	–	–		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(235.074)	(158.617)
Publicidade	–	–	(164.518)	(166.582)
Vendas e marketing	–	–	(42.382)	(48.028)
Outras	–	–	(1.587)	(3.058)
	–	–	(443.561)	(376.285)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e encargos sociais	(5.897)	(4.189)	(179.727)	(167.707)
Serviços de terceiros	(6.063)	(9.797)	(87.949)	(97.279)
Material de consumo		–	(2.689)	(3.389)
Manutenção e reparos	(60)	(44)	(45.385)	(35.287)
Depreciação e amortização	(16.484)	(21.289)	(97.520)	(100.057)
Convênios educacionais	(29)	(396)	(9.620)	(10.455)
Viagens e estadias	(244)	(180)	(8.748)	(9.458)
Eventos institucionais	(4)	(11)	(2.980)	(17.313)
Provisão para contingências (i)	(171)	–	(96.310)	(45.611)
Cópias e encadernações	(2)	–	(5.421)	(7.529)
Seguros	(8.568)	(5.992)	(9.457)	(6.695)
Material de limpeza	–	–	(3.386)	(3.558)
Condução e transporte	(6)	(12)	(6.368)	(5.316)
Aluguel de veículo	–	–	(3.524)	(2.746)
Outras	(1.148)	(1.256)	(39.240)	(25.997)
	(38.676)	(43.166)	(598.324)	(538.377)

(i) Os gastos com acordos trabalhistas, a partir de 2017 estão alocados na despesa de provisão para contingências (em 2016 alocados como custo de pessoal – Nota 23).

25. Outras receitas/despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas com convênios	1.633	1.634	2.653	2.684
Receitas de aluguéis	–	–	9.287	10.152
Ganho (perda) de capital no imobilizado (i)	(14.044)	–	(24.326)	(16.515)
Receita web aula	–	–	–	114
Intermediação de negócios	–	–	–	639
Outras receitas (despesas) operacionais	314	(387)	(4.084)	1.216
	(12.097)	1.247	(16.470)	(1.710)

(i) Na controladora, refere-se, principalmente, à baixa por *impairment* do ágio de sua controlada Nova Academia. No consolidado, refere-se à baixa de imobilizado de unidades fechadas da empresa IREP e provisão para perda de imobilizado de imóveis que serão entregues em 2018.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso	–	–	28.248	24.851
Atualização contas a receber FIES	–	–	10.805	32.456
Rendimentos de aplicações financeiras	–	27.136	48.289	62.738
Juros sobre capital próprio	10.385	–	–	1.275
Atualização de créditos fiscais	–	–	10.194	–
Variação monetária ativa	3.043	3.037	385	10.316
Variação cambial ativa	–	27.958	3	27.960
Ganho com instrumento derivativo - *SWAP*	–	471	–	471
Ajuste a valor presente - FIES	–	–	13.194	14.920
Atualização venda da carteira	–	–	5.702	–
Outras	–	84	1.039	151
	13.428	58.686	117.859	175.138
Despesas financeiras	–	–	–	–
Despesas bancárias	(2.391)	(2.853)	(15.843)	(13.433)
Juros e encargos financeiros	(97.489	(114.205)	(129.195)	(137.244)
Juros sobre capital próprio	–	(1.275)	–	(1.275)
Atualização contingências	(1)	–	(11.914)	(1.990)
Descontos financeiros (i)	–	–	(54.763)	(41.492)
Variação monetária passiva	–	–	(6.561)	(8.607)
Perda com instrumento derivativo - *SWAP*	–	(26.036)	–	(26.036)
Variação cambial passiva	–	(10.958)	(4)	(10.967)
Outras	(9.818)	(2.469)	(11.032)	(20.392)
	(109.699)	(157.796)	(229.312)	(261.436)

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

27. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	403.286	361.239	432.058	372.793
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(137.117)	(122.821)	(146.900)	(126.750)
Depreciação	(5)	(8)	(1.431)	805
Arrendamento / leasing	–	–	(1.112)	(237)
Ajuste a valor presente	–	–	615	5.073
Equivalência patrimonial	187.112	170.771	–	–
Amortização de ágio	(5.579)	(6.743)	(9.963)	(13.672)
Despesas não dedutíveis (i)	–	–	(2.789)	(2.740
Opções outorgadas / provisão ILP funcionários	–	–	(2.568)	(1.018)
Prejuízo fiscal não constituído	(44.485)	(41.067)	(47.850)	(45.025)
Provisão para perda no imobilizado	–	–	(2.424)	69
Provisão para contingências	(58)	–	(7.477)	(10.157)
PCLD (ii)	132	(132)	(2.517)	(102)
Mensalidades a cancelar e faturar	–	–	3.047	5.541
Provisão de risco FIES	–	–	(540)	(1.040)
Outras	–	–	1.419	(471)
	–	–	(220.490)	(189.724)
Benefícios fiscais	–	–	–	–
Incentivo fiscal - PROUNI	–	–	175.123	164.596
Incentivo fiscal - Lei Rouanet	–	–	4.211	4.317
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	–	–	(41.156)	(20.811)

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(ii) Refere-se aos alunos com carnês em abertos vencidos há mais de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(41.156)	(20.811)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.509	6.798	21.293	16.120
Imposto de renda e contribuição social diferido – PERT(i)	15.795	65	12.395	–
	21.304	6.863	(7.468)	(4.691)

(i) Em 2017 as empresas Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, IREP Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda, Sociedade Educacional Atual da Amazonia Ltda, Sociedade Universitária de Excelência Educacional Rio Grande do Norte Ltda, Sociedade Educacional da Amazonia Ltda, Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul Ltda, Unisaoluis Educacional Ltda, Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda, Assesc Sociedade Educacional da Amazônia Ltda, Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda e Organizão Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda aderiram ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) patrocinado pela Receita Federal do Brasil e, por consequência, liquidou saldos de IRPJ/CSLL a pagar no montante de R$ 24.174, sendo R$ 1.215 liquidados em dinheiro em cinco parcelas mensais a partir de agosto de 2017 e R$ 18.864 em créditos de prejuízos fiscais próprios e da holding Estácio Participações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R$ 56.440 (R$ 35.148 em 31 de dezembro de 2016). A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ajuste a valor presente	–	–	3.871	4.486
Provisão para contingências	58	–	28.860	21.383
PCLD	–	132	4.899	2.382
Mensalidades a cancelar	–	–	2.090	5.138
Provisão para desmobilização	–	–	4.149	5.193
Provisão para perda no imobilizado	–	–	2.424	–
Fundo de comércio	(4.432)	(10.011)	(14.471)	(24.238)
Provisão Risco Fies	–	–	6.766	6.226
Opções outorgadas reconhecidas	–	–	27.763	25.195
Arrendamentos e Leasing	–	–	(141)	–
Ágio Incorporadas	–	–	(11.290)	(10.706)
Depreciação	13	8	626	(805)
Prejuízo fiscal	–	–	894	894
	(4.361)	(9.871)	56.440	35.148
Ativo	–	–	70.617	58.752
Passivo	(4.361)	(9.871)	(14.177)	(23.604)
	(4.361)	(9.871)	56.440	35.148

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2017 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não há expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada IREP possui imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R$ 107.481 (R$ 78.856 em 31 de dezembro de 2016) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

28. Compromissos

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia, a data de 31 de dezembro, a saber:

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017			
Arrendamentos Operacionais	20.560	17.358	–
Contratos de aluguel dos campi	195.270	606.145	453.107
Em 31 de dezembro de 2016			
Arrendamentos Operacionais	20.981	46.903	–
Contratos de aluguel dos campi	212.989	675.069	582.723

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Cox Neto
Maurício Luis Luchetti
Francisco Amauri Olsen
Jackson Medeiros de Farias Schneider
Líbano Miranda Barroso
Osvaldo Burgos Schirmer
Luiz Roberto Liza Curi
Juan Pablo Zucchini
Brenno Raiko de Souza

DIRETORIA EXECUTIVA

Pedro Thompson Landeira de Oliveira
Leonardo Moretzsohn de Andrade
Hudson Rubem de Oliveira Mello Junior
Sergio Santos Leite Pinto
Antonio Higino Viegas
Alberto de Senna Santos

CONSELHO FISCAL

Pedro Wagner Pereira Coelho
Emanuel Sotelino Schifferle
Vanessa Claro Lopes

CONTADOR

Luiz Allan Santos
CRC-RJ 054955-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, no uso de suas atribuições legais, consoante as disposições do artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e, nos limites da sua competência, (i) após concluírem os trabalhos de verificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com os devidos esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia e baseados no relatório e parecer dos Auditores, emitiram parecer favorável à aprovação das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, que, acompanhadas do Relatório da Administração, estão adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação dos acionistas, (ii) após análise e esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia, emitiram parecer favorável à proposta da administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo o pagamento de dividendos, recomendando a sua aprovação pelos acionistas da Companhia, nos termos propostos; e (iii) examinaram a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de R$8.946.000,00 (oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil reais), mediante a capitalização de saldo de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, tendo opinado favoravelmente à sua aprovação, nos termos propostos e com fundamento no art. 6º do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro, 15 de março de 2018. Emanuel Sotelino Schifferle - Pedro Wagner Pereira Coelho - Vanessa Claro Lopes.

RRELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. ("Companhia" ou "Estácio"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estácio Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas (Nota 2.20 a e 22 às demonstrações financeiras)

A receita da Companhia consiste basicamente da prestação de serviços de atividade de ensino. O processo de reconhecimento de receitas demanda a existência efetiva de controles internos, que estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas no período de competência adequado, incluindo a manutenção das políticas da Companhia para o cadastro de alunos, renegociação de débitos e de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES e PROUNI.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes dos controles internos e sistemas relevantes de Tecnologia da Informação implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastramento de alunos, processo de contratação, ativação, renovação de matrícula renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidações de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos FIES e confirmação da comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento e a regularidade dos contratos. Verificação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, tendo em vista a confirmação e aprovação do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE); (iv) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI e confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos. Confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, bem como, recálculo do benefício fiscal gerado por este programa; (v) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; e (vi) reconciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.20 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios (Nota 9 às demonstrações financeiras)

O teste de redução ao valor recuperável (*impairment test*) do ágio, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. O ágio reconhecido como resultado destas combinações de negócio representa aproximadamente 29% do total de ativos.

Dentre as estimativas críticas realizadas pela administração, destacam-se a taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, as premissas utilizadas nas projeções receitas, custos e investimentos. Alterações nessas premissas podem trazer efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção e análise do fluxo de caixa projetado elaborado pela administração da Companhia para o teste de redução ao valor recuperável, comparando-o com os planos de negócios aprovados pela Governança; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os resultados efetivos atuais, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) discussão com a administração em relação às principais premissas e testes quanto à metodologia utilizada na mensuração do valor recuperável, especialmente as taxas de desconto e as taxas de crescimento utilizadas na projeção, considerando: (a) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de empresas para nos auxiliar na discussão das principais premissas utilizadas, em comparação com aquelas verificadas no mercado em negócios similares, quando disponíveis; (b) aplicação de análises de sensibilidade sobre as principais premissas adotadas pela administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela administração da Estácio sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 as demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 16 às demonstrações financeiras)

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas, e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da administração da Estácio, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção de entendimento dos processos implementados pela administração para identificar, monitorar e registrar contingências; (ii) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (iii) verificação das premissas utilizadas para provisão de contingências trabalhistas, levando em conta o critério específico adotado pela Companhia, baseado no histórico de liquidação de processos, incluindo acordos; (iv) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feito por advogados externos; (v) verificação das comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos cíveis, trabalhistas e tributários na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das polític